

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI**  
**Departamento de Geociências**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia**

Luan Ariel Sigaud Vasconcellos dos Santos

**FORMAÇÃO TERRITORIAL E REVOLUÇÃO PASSIVA: O ARRANJO ESPACIAL  
DA MICRORREGIÃO DE BARBACENÁ E A OLIGARQUIA DOS ANDRADAS**

São João Del-Rei  
Março de 2019

Luan Ariel Sigaud Vasconcellos dos Santos

**FORMAÇÃO TERRITORIAL E REVOLUÇÃO PASSIVA: O ARRANJO ESPACIAL  
DA MICRORREGIÃO DE BARBACENA E A OLIGARQUIA DOS ANDRADAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de São João Del-Rei, como parte dos requisitos necessários para a obtenção de Título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Lígia Maria Brochado de Aguiar

Co-orientador: Prof. Dr. Thiago Araujo Santos

São João Del-Rei  
Março de 2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)  
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S723f Santos, Luan Ariel Sigaud Vasconcellos dos.  
Formação Territorial e Revolução Passiva : O  
arranjo espacial da microrregião de Barbacena e a  
oligarquia dos Andradas / Luan Ariel Sigaud  
Vasconcellos dos Santos ; orientadora Lígia Maria  
Brochado de Aguiar ; coorientador Thiago Araujo  
Santos. -- São João del-Rei, 2019.  
96 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em  
Geografia) -- Universidade Federal de São João del  
Rei, 2019.

1. Formação territorial. 2. Barbacena. 3.  
Andradas. 4. Gramsci. I. Brochado de Aguiar , Lígia  
Maria, orient. II. Santos, Thiago Araujo, co-orient.  
III. Título.

UFSJ

Universidade Federal  
de São João del-Rei

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

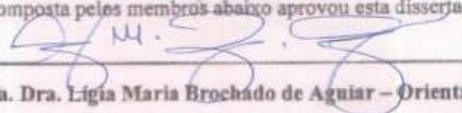
**FORMAÇÃO TERRITORIAL E REVOLUÇÃO PASSIVA: O ARRANJO ESPACIAL DA  
MICRORREGIÃO DE BARBACENA E A OLIGARQUIA DOS ANDRADAS**

Autor: Luan Ariel Sigaud Vasconcellos dos Santos

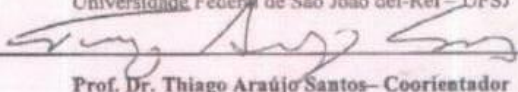
Orientadora: Dra. Lígia Maria Brochado de Aguiar

Coorientador: Dr. Thiago Araújo Santos

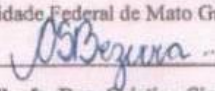
A Banca Examinadora composta pelos membros abaixo aprovou esta dissertação:

  
\_\_\_\_\_  
**Profa. Dra. Lígia Maria Brochado de Aguiar – Orientadora**

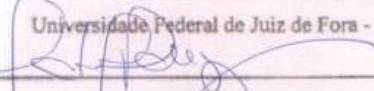
Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Thiago Araújo Santos – Coorientador**

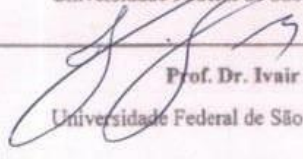
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

  
\_\_\_\_\_  
**Profa. Dra. Cristina Simões Bezerra**

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

  
\_\_\_\_\_  
**Profa. Dra. Tatiane Marina Pinto de Godoy**

Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Ivair Gomes**

Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ

São João del-Rei

Março de 2019

Para minha mãe Ana Maria Marcondes Sigaud,  
Mulher corajosa e inspiradora

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho é oriundo de um esforço coletivo e contou com a contribuição de várias pessoas. Isso não quer dizer que não assumo integralmente a responsabilidade pelo que escrevi, nem nego o esforço individual que realizei, entretanto, esta pesquisa não teria nem se iniciado se mais pessoas não se dispusessem a construí-la. Nesse sentido, em primeiro lugar, agradeço a todas as pessoas que se dispõem a trabalhar e estudar no Departamento de Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei.

Agradeço a todos e todas, que de alguma forma contribuíram para a realização deste estudo, em especial, aquelas que estiveram ligadas mais diretamente a esse momento.

Ao meu co-orientador, companheiro e amigo, Thiago Araujo Santos, pela disposição, paciência intelectual que muito contribuíram nesta caminhada.

À minha grande orientadora Ligia Maria Brochado Aguiar, pelo exemplo de pessoa humana e por acreditar na minha capacidade ao abrir as portas do programa, cabe dizer ainda pela enorme capacidade teórica de reflexão.

À minha sobrinha Amora Griffin Taylor Sigaud pela felicidade transbordante de sua companhia.

À minha mãe Ana Maria e ao meu pai José Bento, porque sem eles não teria nem o fundamento inicial para a realização desta caminhada.

Aos meus irmãos Julio Rafael, Áureo Miguel e à minha irmã Luara, à minha sobrinha Maria Flor, por cotidianamente me demonstrarem que família e irmandade são importantes.

Aos professores Tatiane Godoy e Ivair, por terem sido meus professores e arguidores no exame de qualificação, que muito colaboraram para o desenvolvimento final desse trabalho.

Agradeço também ao amigo confidente Waldir Ramos pelas leituras e revisões no texto.

Agradeço à Jeniffer Sousa pela valiosa contribuição na formatação.

Agradeço a todos os amigos e a todas as amigas de São João del-Rei que contribuíram, seria desnecessário listar um por um, mas queria dedicar a eles com quem compartilhei muitos momentos de tensão e de alegria durante o processo.

Em especial, gostaria de agradecer a todos e todas do Sind-UTE; da Frente Brasil Popular; da UFSJ pela democracia; do Mandato da Livia e da Consulta Popular, por sempre estarem comigo, na militância nessa árdua tarefa da luta coletiva em prol de uma sociedade melhor.

Antes de terminar, gostaria de fazer mais uns agradecimentos, cabe dizer, um tanto inusitado: ao café, por ter me ajudado em vários momentos na aquisição da necessária disposição. À música de Nina Simone pela inspiração artística também necessária para a disposição cotidiana.

Ao final, dedico integralmente a todos lutadores e todas lutadoras do povo, pois principalmente nessa conjuntura, em que a luta por uma sociedade mais justa e solidária está se tornando cada vez mais difícil e criminalizada. Precisamos mais ainda de pessoas, que como vocês, dediquem-se à vida em prol do coletivo. Simplesmente imprescindíveis.

Ainda que alguém me diga  
Que viu um mudo falando  
E um elefante dançando  
No lombo de uma formiga,  
Não me causará intriga,  
Escutarei com respeito,  
Não mentiu este sujeito.  
Muito mais barbaridade  
É haver numa cidade  
Prefeitura sem prefeito.  
(Patativa do Assaré)



## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a formação territorial da região de Barbacena, em Minas Gerais, relacionando-a com a atuação dos Andradas no processo de revolução passiva. A família Andradas encontra-se na região de Barbacena desde 1864, e ocupa cargos no Estado desde antes desse período. Nesta pesquisa, propomos um esquema interpretativo, envolvendo uma abordagem gramsciana com ênfase na utilização do conceito de bloco histórico. Para isso, utilizamos uma reflexão na perspectiva de totalidade, em que as especificidades microrregionais não são percebidas como fatos isolados, visto que estas são relacionadas a um contexto histórico. Assim, buscamos identificar as relações da formação territorial de Barbacena articulada com o contexto econômico.

Além disso, refletimos sobre a formação territorial de Barbacena desde a época da colônia, com a abertura do caminho novo da estrada real, passando pela fase em que a microrregião especializa-se economicamente na produção agropecuária, abastecendo principalmente o mercado da capital do país – Rio de Janeiro –, período este em que a microrregião experimenta o auge da importância econômica. É nesse contexto em que migra para a localidade o primeiro Andrada. Priorizamos a análise dos acontecimentos de 1930, quando as necessidades de modernização econômica e conflitos internos ao bloco de poder levam aos momentos mais agudos da revolução passiva. Posteriormente, com um projeto político econômico de modernização conservadora que se desenvolve no Estado de Minas Gerais – já na década de 1960 –, a região vai perdendo relativamente sua dinamicidade econômica, no entanto, a oligarquia do Andradas continua a ocupar cargos no Estado.

**Palavras-chave:** formação territorial, Barbacena, Andradas, Gramsci.

## ABSTRACT

The objective of the current study is to analyze the territorial formation of the Barbacena region in the Brazilian state of Minas Gerais, linking it to the activities of the Andradas family in a process of passive revolution. The Andradas family has been in the Barbacena region since 1864 and has held official positions in the state since before that period. This study proposes an interpretative layout, involving a gramscian approach with emphasis on the use of the historical bloc concept. To this end, an integral perspective is used for reflection, in which the microregional specificities are not perceived as isolated facts, but rather considered these specificities to be related within a historical context. Thus, the author sought to identify the relationships of territorial formation in the Barbacena region as articulations within an economic context.

Moreover, this research analyzes the territorial formation of Barbacena since the colonial period, beginning with the opening of the new *Estrada Real* trail and continuing through the phase in which the microregion specialized economically in agricultural production, primarily supplying the capital of the country at that time – Rio de Janeiro. This is a period in which the microregion experiences the height of the economic importance. It is within this context that the first member of the Andradas family migrates to the locality. The current study prioritizes the analysis of the events of 1930, when the need for economic modernization and conflicts within the power bloc lead to the most intense moments of the passive revolution. Subsequently, with a conservative economic modernization project developed in the State of Minas Gerais in the 1960s, the region starts losing its relative economic dynamism, however, the Andradas family oligarchy continues to occupy official state positions.

**Keywords:** Territorial formation, Barbacena, Andradas, Gramsci

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Microrregiões do estado de Minas Gerais .....	38
Figura 2- Regiões do Estado de Minas Gerais .....	39
Figura 3- Croqui da Estrada Real: caminho novo e o caminho velho .....	44
Figura 4- Mapa da localização das fazendas sequestradas dos Inconfidentes .....	48
Figura 5- Genealogia da Oligarquia dos Andradas .....	55
Figura 6- Fotografia do Parque externo no entorno do AA de Barbacena parque .....	59
Figura 7- Fotografia de Zezinho Bonifácio 1932 .....	71
Figura 8- Gráfico comparativo crescimento populacional Uberlândia x Barbacena .....	78
Figura 9 – Imagem do Site da UNIPAC com Andradinha .....	82

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção industrial por Estado (1907 e 1920) .....	60
Tabela 2 - Percentual de crescimento de representação parlamentar dos Estados na transição do Império para a República .....	60
Tabela 3 - Ocupação de cargos ministeriais por Estado .....	61
Tabela 4 - População recenseada dos seis maiores Estados (1910-1930) .....	61
Tabela 5 - População de Barbacena 1980-2010 .....	77
Tabela 6 - Matrículas ensino superior brasileiro 1960- 2010 .....	82

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>Capítulo 1. Arranjo Espacial, Bloco Histórico e Formação da Classe Dirigente Mineira</b> .....	17
1.1. Formação territorial e arranjo espacial.....	18
1.2. Gramsci e a questão regional .....	22
1.3. Outras Contribuições de Gramsci .....	26
1.4. Formação e características das classes dirigentes mineiras .....	30
1.5. As características da atuação na sociedade política mineira .....	33
1.6. O debate regional e a microrregião de Barbacena.....	36
<b>Capítulo 2. Formação Territorial da Microrregião de Barbacena</b> .....	41
2.1. A formação territorial da microrregião de Barbacena.....	42
2.2. O arranjo espacial microrregional e o bloco de poder.....	45
2.3. O pós-independência .....	50
2.4. O período da República Velha .....	56
2.5. A modernização e sua necessidade .....	58
<b>Capítulo 3. A revolução passiva e o desenvolvimento econômico na microrregião de Barbacena</b> .....	64
3.1. Revolução passiva e a “ruptura” de 1930.....	65
3.2. A atuação dos Andradas no processo Revolução de 1930.....	67
3.3. O novo bloco histórico e a estagnação relativa na microrregião .....	72
3.4. A estagnação relativa e o novo representante da Oligarquia.....	77
3.5. A continuidade da revolução passiva e as novas táticas .....	84
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	89
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	92

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo compreender a formação territorial da microrregião de Barbacena a partir da atuação dos Andradas no processo de revolução passiva em Minas Gerais, tomando como referência o conceito de bloco histórico, em que território, política e economia formam uma dialética indissociável.

Realizamos uma discussão, envolvendo uma abordagem gramsciana sobre as classes sociais e o sentido de consolidação e permanência das famílias dos Andradas na região. Para tal estudo, propusemos uma metodologia que priorizou a formação territorial da microrregião.

Como um trabalho de geografia crítica, esta pesquisa situa-se dentro do método dialético-materialista. Nesse sentido, para refletimos sobre o território de Barbacena, mobilizamos os conceitos de formação territorial proposto por Antônio Robert Moraes (2011), de arranjo espacial de Ruy Moreira (2010), colocando-os em contato com os conceitos de revolução passiva e bloco histórico do marxista italiano Antonio Gramsci (1987), para então podermos lançar as bases teóricas que nos permitirão construir um esquema interpretativo sobre a microrregião de Barbacena e a atuação dos Andradas. Operando com esses conceitos e aportes da geografia de base marxista, buscamos investigar a oligarquia Andrada e sua atuação por meio do pensamento gramsciano.

Além disso, este trabalho teve como objetivo aprofundar o entendimento das características e formação de importantes atores nas revoluções passivas<sup>1</sup> brasileira e mineira. Como estudo de caso, escolhemos a família mais longeva e tradicional na sociedade política brasileira, os Andradas. Utilizamos uma reflexão com a perspectiva da totalidade, em que as especificidades não são percebidas como fatos isolados, estando estas relacionadas a um contexto histórico no qual buscamos identificar as relações da formação e arranjo espacial em articulação com o contexto econômico.

Nenhuma outra família oligárquica superou os Andradas em número de políticos influentes na história do país. Trata-se de uma tradição que já dura mais de

---

<sup>1</sup> O termo revolução passiva, ressignificado por Gramsci, vem da obra de Vincenzo Cuoco (1770), o qual faz referência à revolução napolitana de 1799. Voltaremos a esse tema nos capítulos 1 e 3.

190 anos e foi iniciada com o Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada, e que se encontra na sexta geração consecutiva no Congresso brasileiro (Congresso em Foco, 2016).

Como nossa investigação abrange um período histórico relativamente longo – a cidade de Barbacena tem aproximadamente 250 anos, o ramo mineiro dos Andradas, 155 anos – escolhemos privilegiar a análise dos processos históricos de maneira mais horizontal, por meio de uma perspectiva vertical referente apenas aos acontecimentos de 1930, período que representa um momento agudo da revolução passiva no Brasil. Segundo Álvaro Bianchi, em uma exitosa formulação sintética do conceito, revolução passiva consiste em uma:

(...) via de transformação do Estado e da economia que situando-se de maneira intermediária (“economia média”) entre o planejamento econômico e a economia de mercado, poderia promover o desenvolvimento das forças produtivas evitando, ao mesmo tempo, a revolução operária (BIANCHI, 2006, p. 55).

Outro elemento importante para compreensão da proposta deste trabalho foi a maneira decisiva com que focamos no processo histórico, pois:

(...) as relações entre economia e política não são dadas de uma vez por todas: o modo de articulação entre as duas esferas, o maior ou menor poder de determinação em sua ação recíproca, dependem do tipo específico da formação social sendo, portanto, um fenômeno histórico (COUTINHO, 1981 p.77).

Nesse sentido, entender a hegemonia da família Andradas passa categoricamente pela investigação das especificidades do arranjo espacial da microrregião de Barbacena, compreendendo as relações dialéticas entre território e política. Em suma, esta pesquisa traz como originalidade uma proposta de investigação (dentro da geografia crítica) da oligarquia dos Andradas com base no pensamento gramsciano. Para tal empreitada, propomos os seguintes capítulos:

No primeiro capítulo, mobilizaremos as categorias de formação territorial (MORAES, 2011) e arranjo espacial, (MOREIRA,2010) dentro da geografia crítica. Em seguida apresentaremos alguns conceitos formulados por Gramsci e discutiremos sobre a zona de contato do pensamento desse autor com a Geografia<sup>2</sup>. Além disso, refletiremos sobre as características das classes dirigentes

---

<sup>2</sup> Notadamente sua obra *Questão meridional* (1987).

mineiras e o projeto de modernização no Estado de Minas Gerais, e o recorte espacial mais específico da microrregião de Barbacena.

No segundo capítulo, faremos exposições sobre a formação territorial da microrregião de Barbacena, relacionando-a com o bloco histórico que vai se conformando no Brasil. Primeiro, no período colonial, quando se inicia a colonização da região e quando se dá a construção do caminho novo da estrada real. Depois, passando pela inconfidência, até o período em que se conforma a república velha, também conhecida como república do café com leite denominação esta relacionada com a hegemonia das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais.

No terceiro capítulo, prosseguiremos na análise sobre o desenvolvimento econômico microrregional, considerando os tensionamentos de 1930, e destacando a atuação de Antonio Carlos de Andrada (1870 - 1946) no processo de revolução passiva brasileiro, bem como a sua posterior modernização estadual e regional. Cabe evidenciar que esse progresso acaba levando a região a um processo de relativa estagnação econômica. Na parte final do capítulo, apontaremos os elementos que interpretamos como estruturantes do sentido de perenidade da hegemonia que essa oligarquia conseguiu construir e adaptar para formar uma família oligárquica dessa envergadura em Barbacena.



**Capítulo 1. Arranjo Espacial, Bloco Histórico e Formação da Classe  
Dirigente Mineira**

## 1.1. Formação territorial e arranjo espacial

A disciplina geográfica passou por um intenso processo de renovação no período que se inicia em 1960 e se intensifica nos anos 1970<sup>3</sup>. Para Moraes (1988), essa reestruturação foi um momento de profunda modificação dos conceitos e métodos que vinham sendo desenvolvidos na disciplina até então. Esse processo tem suas origens no enfrentamento à crise que a Geografia tradicional atravessou no período pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), principalmente devido ao aporte teórico que a matéria deu ao expansionismo alemão. Tal aporte ao imperialismo posteriormente sofre muitas críticas e a própria disciplina entra em crise, culminando em um processo de renovação geral.

Esse movimento de reorganização da disciplina não ocorreu de forma monolítica, sendo construída por diversos posicionamentos e fontes teóricas (MORAES, 1988). As duas principais correntes de reestruturação da Geografia foram: a teórica e a geografia crítica. A geografia teórica (ou quantitativa) propunha o aprimoramento da disciplina via incremento das tecnologias de mapeamento e cálculo<sup>4</sup>.

Com base nos setores mais radicalizados da geografia possibilista francesa, inaugura-se um movimento de renovação crítica da disciplina (MORAES, 1988; BEZZI, 2004). Enquanto a geografia quantitativa tenta renovar as pesquisas, por meio do aprimoramento dos métodos e com foco nas análises quantitativas, a obra que dá início a esse processo de crítica marxista à disciplina é “A Geografia – Isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra”, de Yves Lacoste publicado pela primeira vez em 1976, na França. No livro, Lacoste realiza uma crítica à geografia tradicional, introduzindo o método marxista para a leitura do espaço, relacionando o desenvolvimento da disciplina ao conceito e a perspectiva das classes sociais.

Introduzindo o pensamento de Karl Marx (1818-1883), a disciplina inicia uma nova escola de interpretação: a geografia crítica, que coloca as bases conceituais da geografia em contato com os conceitos marxistas: as relações sociais de produção,

---

<sup>3</sup> Para interessados no processo de renovação da disciplina, indicamos Moraes (1988). Escolhemos e colocamos o marco da década de 1960 por compreendermos que o positivismo já estava em crise na geografia desde a década de 1950, e a década de 1960 já apresentava os primeiros sinais de renovação (MORAES, 1988).

<sup>4</sup> Os conceitos da geografia quantitativa, ou neopositivista, são muito mais complexos e detalhados do que apresentamos. Para uma crítica mais aprofundada, indicamos novamente Moraes, 1988 e Castro, 2011 e Bezzi, 2004.

a teoria da extração de mais valor. A partir desse momento, a geografia começa a analisar seus temas de estudo com um viés que leva em consideração o sistema capitalista e sua dinâmica de extração de mais valia e da valorização do espaço.

O sistema capitalista, na sua lógica de extração de mais valia, cria contradições inerentes entre as classes sociais. Essas oposições relacionam-se também com o espaço e, conseqüentemente, com a lógica de produção e reprodução do território (HARVEY, 2005, MORAES, 2005 a).

Nesse sentido, o que muitos dos estudos da geografia crítica nos demonstram é que as relações sociais de produção, a dinâmica de reprodução e produção do espaço também geram contradições:

Todo um sistema de contradições, assim implantadas, no e a partir do espaço se instaura no âmbito da sociedade, o espaço instituindo-se e instituindo a sociedade como um campo de correlação de forças, a organização da sociedade se constituindo como uma determinação política por excelência (MOREIRA, 2010.p.75)

Essa importante contribuição da geografia crítica, a percepção do espaço relacionada à produção e reprodução da dinâmica capitalista, importa-nos neste estudo pelas características que nos propomos a interpretar. Esses elementos são o processo histórico da formação territorial e a atuação dos Andradas na revolução passiva na microrregião região de Barbacena. Voltaremos a esse debate no capítulo segundo. Por enquanto, prosseguiremos na trilha da geografia crítica, de forma a situar nosso trabalho como um estudo pertencente a essa escola de pensamento.

O enfoque que daremos mais adiante na história da formação territorial<sup>5</sup> justifica-se pela necessidade de se particularizar o objeto de estudo: a operação da revolução passiva e a formação territorial da microrregião de Barbacena. Desse modo,

[...] espacializar é de imediato particularizar, pois as determinações oriundas das características do meio (natural e construído) acabam dando as relações próprias de um modo de produção tonalidades locais específicas em cada lugar. Por isso que a formação econômico-social é vista, nesse

---

<sup>5</sup> Para aprofundamento no debate do conceito de formação territorial de Moraes (2010), indicamos o artigo de Leite (2012), em que são criticadas algumas das utilizações desse conceito, o qual - na visão da autora - permitiria uma análise em que as esferas da economia e da política encontram-se demasiadamente autônomas (em relação uma a outra), quando na realidade, estrutura e superestrutura possuem relações indissociáveis. No nosso trabalho, defendemos a utilização de formação territorial, compreendendo que este conceito, por meio da teoria de Gramsci, consiga sim vincular essas duas esferas - economia e política. Voltaremos ao debate entre a relação estrutura e superestrutura mais adiante, no trabalho.

sentido como uma realidade localizada temporal e espacialmente. O lugar sendo posto assim, como mediação. A espacialidade como elemento particularizado dos fenômenos históricos (MORAES, 2000, p.16)

A importância de trazer para o centro da nossa análise os aspectos históricos se justifica, pois, para aprofundar a pesquisa, é necessário compreendermos as bases da formação territorial de Barbacena. Notadamente:

Formação territorial é, portanto, um dos elementos definidores da particularidade, pensada na escala das “particularidades nacionais”. Enfim, o desenvolvimento histórico faz-se sobre e com o espaço terrestre e nesse sentido, toda formação social é também territorial, pois, necessariamente se espacializa. (MORAES, 2000, p.21).

Tendo como objeto de estudo a formação territorial da microrregião de Barbacena, buscamos identificar a atuação dos Andradas no processo de revolução passiva em Minas Gerais e no Brasil. Recorremos à história, para apreender o território como um espaço dotado de uma formação social própria, pois:

Em outras palavras, todo território tem uma história, que explica sua conformação e sua estrutura atual. Para apreendê-la é necessário equacioná-la como um processo, daí o enunciado da formação territorial, como um objeto de pesquisa. (MORAES, 2000, p.21)

Trilhando o caminho epistemológico escolhido, passamos pelo legado dialético materialista deixado por Antônio Robert Moraes (1954-2015), considerando que:

O objetivo maior perseguido é fortalecer e sedimentar uma perspectiva histórico-dialética nesse campo de pesquisa, que aponta para o entendimento da geografia como uma modalidade de abordagem histórica, dedicada à análise dos processos sociais de formação dos territórios. Isto é, a visão da geografia humana como uma história territorial. (MORAES, 2000, p.11)

Aludindo sua formação territorial, destacaremos a história regional de Barbacena. Além da história da microrregião é importante compreendermos as relações entre a formação territorial e a categoria de arranjo espacial apresentada por Ruy Moreira. O conceito de ordenamento espacial realiza uma importante articulação entre a categoria de Espaço e o pensamento do filósofo Italiano Antônio Gramsci (1891-1937).

Para abranger o conceito de arranjo espacial de Ruy Moreira, precisamos, antes, identificar qual conceito de espaço tomaremos como referência analítica. Para

Ruy Moreira, o espaço possui uma contradição ontológica entre localização e distribuição:

A contradição localização-distribuição é então o princípio ontológico da constituição do espaço, o fundamento de seu conceito, a natureza intrinsecamente tensa do espaço e, assim, da sociedade que ele informa (MOREIRA, 1997 p.74)

As determinações das características de localização e distribuição no sistema capitalista dependem dos elementos que compõem a estrutura, mas não somente, essas conjunções carregam também elementos da superestrutura:

A ação dos organismos superestruturais, que expressam tanto as funções formais do Estado (sociedade política) quanto as demandas da sociedade civil, faz do arranjo do espaço um campo de correlação de forças, e do espaço um campo um elemento de caráter essencialmente político em sua determinação sobre a organização global da sociedade (MOREIRA, 2010, p.84).

A dinâmica de produção e reprodução do espaço geográfico possui relações diretas com a instância econômica. Entretanto, existem diversos outros fatores que afetam essa dinâmica:

A articulação do espaço geográfico com a instância econômica dá origem ao que chamaremos “arranjo espacial econômico”. Tal arranjo é, em essência, o resultado de como se exprimem no âmago da instância econômica as forças produtivas como relações de produção (MOREIRA, 1982 p.16).

Como caracterizamos na citação acima, as relações de produção são partes constitutivas do conceito de arranjo espacial proposto por Ruy Moreira. Detalhando o conceito de superestrutura e suas relações, o enfoque deste trabalho é sobre a dimensão espacial, portanto, é necessário o conceito de bloco histórico na compreensão do espaço:

O espaço é o produto dos embates da sociedade civil, seu esquema de regulação não vem, portanto da imposição de uma entidade abstrata. Não vem como exclusividade do Estado. Muito menos do poder econômico exclusivo de uma classe. Seu centro de gravidade é o bloco histórico, o sujeito dominante por excelência dentro da espacialidade diferencial, enquanto sujeito hegemônico da sua complexidade de escala. Por isso, o espaço como infraestrutura organiza-se e move-se num ato de superestrutura (MOREIRA, 2010, p.95)

O conceito de formação territorial (MORAES, 2011) será uma das nossas ferramentas teóricas para colocarmos em perspectiva histórica o desenvolvimento regional. A categoria de arranjo espacial (MOREIRA, 1982), por sua vez, será relevante para compreendermos e dar o devido enfoque à atuação dos agentes políticos nesse processo, notadamente o papel da oligarquia dos Andradas no processo de revolução passiva no Brasil. Para essa empreitada teórica, explicaremos o conceito de arranjo espacial, que é composto, dialeticamente, por uma dimensão infraestrutural (função genética do espaço) mais um arranjo superestrutural, (sociedade civil mais Estado):

Podemos falar em qualquer sociedade de um arranjo superestrutural a função genética do espaço correspondendo a infraestrutural e a genealógica correspondendo à superestrutural (à sociedade civil ou ao estado como já observamos) dito de outro modo, as relações econômicas que estão na base da organização da sociedade, cabe a função articulacional tal como numa dialética de estrutura e conjuntura (MOREIRA, 1997, p.82)

Mobilizamos os conceitos de formação territorial proposto por Antônio Robert Moraes (2011) e de arranjo espacial elaborado por Ruy Moreira (2010) para pesquisarmos a história regional de Barbacena e a atuação dos Andradas, visando relacionar fundamentalmente as bases territoriais da microrregião com a atuação, formação e características da oligarquia durante esse período. Operando com esses conceitos e aportes da geografia crítica, aprofundar-nos-emos agora na “zona de contato” entre o pensamento gramsciano e a temática regional.

## **1.2. Gramsci e a questão regional**

Utilizaremos as ferramentas conceituais de Antônio Gramsci, levando em conta as relações entre estrutura e superestrutura ou, em outras palavras, entre economia e cultura/política. Gramsci dedica-se de maneira mais vigorosa à questão regional no texto “A questão meridional”, publicado na Itália, em 1926, pouco antes de sua prisão.

O autor interessa-se pela questão regional para entender as diferenciações que ocorreram na Itália entre o norte, mais industrializado, e o sul mais agrário, com forças produtivas menos desenvolvidas. O marxista italiano nota que esse arranjo espacial diferenciado entre as duas partes da Itália não pode ser menosprezado. Ele

utiliza como ponto de partida para seu estudo o processo de unificação italiana, o “*risorgimento*” (1815-1870).

A questão meridional é também questão territorial e é desse ponto de vista que deve ser examinada, a fim de se estabelecer um programa de governo operário e camponês que queira encontrar ampla repercussão entre as massas (GRAMSCI, 1987, p.92).

Apreender as diferenciações dos arranjos espaciais entre o Norte e o Sul da Itália é o esforço que Gramsci faz em seu estudo, pois percebe que os interesses da nascente “burguesia” piemontesa (residente no norte da Itália) se impõem ao resto do país, avançando em um bloco que submete a região meridional. Já que as forças econômicas e políticas da região setentrional são mais desenvolvidas, no processo de unificação italiana, os interesses da fração nortista acabam se sobrepondo, porque é a “zona industrial italiana, ou seja, na zona onde se situa a força econômica e política que domina a nação e o Estado” (GRAMSCI, 1987, p.96).

A vinculação que o pensamento gramsciano faz entre as frações regionais da burguesia italiana e destas com o desenvolvimento particular das forças produtivas regionais será fundamental para o nosso trabalho. Em particular, no capítulo segundo, quando relacionaremos a questão da oligarquia dos Andradas com a formação territorial da região de Barbacena, levaremos em conta as relações entre forças produtivas regionais com o desenvolvimento da estrutura regional.

No conceito gramsciano de região existe uma relação intrínseca entre a formação social de cada parte da Itália e o desenvolvimento do modo capitalista em cada país e no mundo. Ou seja, para estudar mais adequadamente as especificidades de cada arranjo espacial, é necessário colocar em contexto as peculiaridades de cada formação regional com a dinâmica do capitalismo. Dessa maneira,

Insistimos brevemente sobre esse ponto da territorialidade para evitar o risco de ambiguidades interpretativas que são essencialmente duas: a primeira é a que tende a interpretar a territorialidade como parcialidade, como limitação da questão a uma dada área geográfica e portanto enfrentável só ou predominantemente naquela área. A segunda é a que faz derivar, da determinação territorial, uma espécie de corte nítido entre as duas seções do país, e que encontra expressão na fórmula das “duas Itálias”, ou, mais veladamente e de modo menos nítido, em algumas das teses sobre o desenvolvimento dualista ou sobre os desequilíbrios, bastante em moda nos anos mais recentes (PARLATO, 1987. p.45).

Como assinalado no trecho acima, não podemos dividir a Itália em duas, como se fossem regiões “separadas” que trilham o mesmo caminho para o desenvolvimento, estas já se relacionam de maneira dialética com o desenvolvimento nacional e com o movimento do capitalismo mundial. Para compreendermos as particularidades regionais, na perspectiva da conceituação gramsciana precisamos pensar a região em relação ao movimento multiescalar do capital, em seu sentido nacional e internacional. Cabe, nesse sentido, considerar também a relação dialética entre atividade econômica e território, que:

(...)se confundem reciprocamente, por assim dizer horizontal e verticalmente, segundo as atividades econômicas sociais (horizontais) e segundo os territórios (verticais) combinando-se e dividindo-se alternadamente, cada uma destas combinações pode ser representada por uma expressão orgânica própria, econômica e política” (GRAMSCI, 1984, p.50)

Outra contribuição importante do arcabouço teórico de Gramsci, que aprofunda a mediação teórica entre atividades econômicas, sociais e territórios é o conceito de “bloco histórico”. Primeiramente, para Gramsci, a superestrutura se afirma e aparece como primeira forma de aproximação pela política:

Que a política poder-se-á dizer, como primeiro aceno e aproximação, que a atividade política é efetivamente o primeiro momento ou primeiro grau, o momento em que a superestrutura está ainda na fase imediata de mera afirmação voluntária, indistinta e elementar (GRAMSCI, 1984, p.12).

Antes de seguir com o conceito de bloco histórico, é importante refletirmos sobre o primado ontológico que a economia possui nessa constituição dialética entre superestrutura e estrutura. Distanciamos-nos das interpretações que apontam Gramsci como um subjetivista, como se as críticas que ele faz a certas limitações interpretativas de alguns autores marxistas<sup>6</sup> representassem uma ruptura com a premissa (marxista) da determinação dos fatores estruturais nas relações sociais de produção. Afinal, em várias passagens, Gramsci reafirma esse primado ontológico da estrutura: “A estrutura e superestruturas formam um bloco histórico, ou seja, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o **reflexo** do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2011, p. 116 grifo nosso). Já nos alerta Coutinho (2011) que a palavra reflexo aqui não pode ser compreendida como se a superestrutura fosse mera reprodução passiva das

---

<sup>6</sup> Notadamente, as interpretações propostas por Nikolai Bukharin.



relações econômicas, tendo em vista que esta forma um complexo dialético entre estrutura e superestrutura.

Isso posto, e afirmando a primazia do momento econômico na relação estrutura-superestrutura (COUTINHO, 2011), esse refinamento e elaboração do papel da política na elaboração marxista, nos será muito útil para entendermos o conceito de bloco histórico, pois:

Em que sentido pode-se, identificar a política e a história e, portando justifique a introdução do conceito entre os graus de superestrutura? O “Conceito de bloco histórico” isto é, unidade dos contrários e dos distintos (GRAMSCI, 1984, p.12).

O conceito de bloco histórico é fundamental, pois nos permite formular sobre a mediação e a relação dialética entre o momento econômico e os conceitos como hegemonia e cultura. O pensamento gramsciano consegue aprofundar o conceito de superestrutura em Marx, e refinar sua aplicação teórica, no sentido de entender a política como um círculo de aprofundamento da compreensão da superestrutura.

Nesse sentido, propomo-nos a refletir sobre outros aportes teóricos oriundos do marxista sardo, como o Estado e seu funcionamento e suas relações com o território. Vale reforçar, assim, que:

[...] para cada análise particular é importante compreender as formas assumidas pelas injunções sociais particulares, ou seja, tanto a organização do corpo político como seu aparato administrativo são moldados no território submetido pelo Estado e condicionado pelo processo histórico de cada sociedade, o que lhe imprime sua marca (CASTRO,2011,p.127).

Gramsci percebe que o desenvolvimento do capitalismo e do Estado não se dá em todo lugar da mesma forma, pois possui diferenciações, variando de local a local. Em seu texto, *A Questão Meridional*, o escritor italiano reflete sobre a sua percepção a respeito das diferenciações regionais no padrão de acumulação capitalista.

Carlos Nelson Coutinho (1987, p. 52) refere-se à ideia de uma diferença estrutural entre as formulações econômico-sociais do “ocidente” e do “oriente”, compreendendo que quanto mais complexa a formação social, mais ampliada é a sociedade civil:

Nas formações “orientais”, a predominância do Estado-coerção impõe à luta de classes uma estratégia de ataque frontal uma “guerra de movimento” [...] no ocidente, ao contrário as batalhas devem ser travadas no âmbito da

sociedade civil, visando a conquista de posições e de espaços. (COUTINHO, 1981 p.103)

Esses conceitos de formação oriental e ocidental confirmam a percepção gramsciana sobre o desenvolvimento geográfico desigual que o capitalismo produz: “Eis que, para além da antropologia, os problemas do Sul têm suas origens no capitalismo e seu desenvolvimento territorialmente desigual. Porém, sem desvalorizar as relações econômicas(...)” (SILVA,2013, p.25).

Para Gramsci, oriente e ocidente não são categorias de localização em hemisférios no globo, são conceitos relacionados ao tipo de complexidade que o Estado possui nas diferentes relações sociais de produção. Esse autor atenta-nos para o fato de que “as sociedades periféricas expressam a modernidade em formas econômicas, políticas e culturais próprias” (MORAES,2011,p.45), ou seja, mesmo que a tendência de acumulação capitalista em busca de extração de mais valor seja geral, essa tendência se expressa de maneira muito desigual pelas regiões do mundo, principalmente nas periferias.

### **1.3. Outras Contribuições de Gramsci**

Gramsci não compreende o Estado como um ente jurídico que paira sobre as classes sociais e a história. Para ele, o Estado é um processo que está determinado pelo período histórico em que se insere; em outras palavras, o Estado nem sempre existiu na história da humanidade, e desde que passou a existir, muda e se adapta como um produto dialético das relações sociais. Como um processo histórico que acontece no interior da luta de classes, o sentido do Estado moderno é, fundamentalmente, o de responder aos interesses da nova classe dirigente europeia: a burguesia<sup>7</sup> (GRAMSCI, 2007).

Nessa perspectiva, a contribuição de Gramsci para o debate sobre o Estado, além da já citada dimensão histórica, também nos auxilia a pensar o Estado inserido em uma sociedade dividida em classes sociais e suas contradições. Por isso é central para ele pensar o Estado por meio do desenvolvimento da luta de classes:

---

<sup>7</sup>Gramsci, por meio da crítica à obra de Maquiavel, embasa grande parte de suas formulações, reconhecendo e dedicando um número significativo de notas em seus cadernos do cárcere à análise da obra deste autor.

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas esses desenvolvimentos e esta expansão são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal (GRAMSCI, 2007, p.42).

É preocupação desse autor, além de historicizar e dimensionar o caráter de classes do Estado, detalhar a reflexão e o estudo de como a burguesia vai tornando o Estado complexo, de modo que, permitindo essa “expansão” dos interesses de uma classe sobre a outra, apresenta seus interesses como os interesses universais. Essa capacidade de apresentar seus próprios interesses como o interesse genérico da sociedade é vital para a manutenção e funcionamento do Estado burguês, e o que Gramsci observou na sua formulação é que, cada vez mais, a disputa da sociedade se dá pelo modo de construção de consenso na sociedade e não apenas na coerção.

O processo de ascensão e de extensão do Estado burguês aconteceu durante a constituição de um aparato no qual a burguesia foi instituindo uma esfera de atuação autônoma, que politicamente se distanciava da religião. Essa ampliação da esfera do Estado como nova arena de atuação política vai se constituindo e trazendo complexidade à sociedade e suas instituições. Ademais, ocorre, principalmente, na esfera da sociedade civil, com a proliferação dos aparelhos privados de hegemonia.

Os aparelhos privados de hegemonia são organismos de participação voluntária, como associações, sindicatos, entre outros. Tal conjunto de aparelhos é designado por Gramsci como central para manter a hegemonia, ou seja, os aparelhos da sociedade política mais sociedade civil que garantem a hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, bem como o seu conteúdo ético do Estado (GRAMSCI, 2007).

O que Gramsci nos indica é que a “esfera” da sociedade civil nas sociedades burguesas amplia o Estado, entre outros motivos, porque o Estado burguês é o primeiro a ter a necessidade de assimilar<sup>8</sup> (mesmo que apenas formalmente e com contradições) as outras classes sociais. Nesse movimento de incremento da sociedade civil, torna-se cada vez mais importante a função de formação de consenso na sociedade. Isso não quer dizer que a função de coerção do Estado faz-se agora desnecessária, sugere apenas que a coerção passe a conviver com a

---

<sup>8</sup> Assimilar no sentido de conferir autonomia e estatuto legal formal para todas as classes sociais inseridas na constituição do Estado. Um exemplo desse fato é que com o advento da revolução burguesa é a consideração legal de que “todos são iguais perante a lei”.

ampliação da função de convencimento, para a construção e manutenção da hegemonia burguesa em nossa sociedade.

A sociedade civil em Gramsci é compreendida em dois âmbitos: como esfera de mediação entre a sociedade política, e por meio das associações voluntárias de interesse privado portadoras de materiais da hegemonia. O que no senso comum classificamos como opinião pública está intrinsecamente ligado à hegemonia e localiza-se na zona de contato entre a sociedade política e sociedade civil, com centralidade para o papel dos intelectuais e da imprensa na disputa do processo de hegemonia (GRAMSCI, 2007).

Desse modo, quando a hegemonia na sociedade civil está bem estruturada em favor de uma classe, ela funciona como uma espécie de “colchão anticrises” para os impactos econômicos:

(...) A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às trincheiras e fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição, faz com que seja apenas “parcial” o elemento de movimento que antes constituía toda a guerra (GRAMSCI, 2007, p.24).

Assim, o pensamento gramsciano configura um vasto arsenal teórico para analisarmos o Estado com base na geografia crítica, pois o pensamento do marxista italiano possui importantes chaves de leitura para se elaborar um conhecimento geográfico que se pretende crítico e transformador.

Partimos da compreensão do movimento da sociedade capitalista como condição para entendermos o Estado, as políticas públicas, o poder oligárquico da família Andradas e sua inserção na sociedade política, assim como o arranjo espacial microrregional.

Sob tal perspectiva, a dinâmica do capitalismo, em conjunto com a formação das especificidades nacionais, precisa ser considerada. Gramsci, além da diferenciação que fazia das formações orientais e ocidentais, também percebeu que o comportamento das classes sociais variava de uma formação social para outra.

Nesse sentido, esse autor também se interessa pelas diferenças entre os processos de revolução nos países europeus. Compreende que a revolução

francesa, do tipo Jacobina<sup>9</sup>, possuiu muitas diferenças em relação aos acontecimentos de outros países. Com base nessas diferenças, ele formula o conceito de “revolução passiva”:

O conceito de “revolução passiva” trabalhado por Gramsci, diferentemente de uma revolução popular, feita “de baixo para cima”, do tipo jacobino, pressupõe sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma efetiva e radical transformação “de baixo para cima”) e o da “renovação” (portanto muitas demandas populares são atendidas pelas velhas camadas dominantes). Gramsci entende que no desenvolvimento capitalista italiano faltava uma iniciativa popular unitária, assim como se verificou que este desenvolvimento era uma reação das classes dominantes a subversão elementar e desorganizada das massas populares, ante os movimentos de “restauração” vindos de baixo, ou seja, de “revoluções-restaurações” ou “revoluções passivas” (SOUZA, 2010, p.4).

A revolução passiva ou revolução-restauração é um significativo subsídio teórico para podermos compreender os sentidos de continuidades e transformações que a sociedade civil, a sociedade política e a oligarquia brasileira passaram, e o modo como vêm se adaptando com o tempo. Mais adiante, voltaremos ao tema e utilizaremos esse conceito como referência na interpretação da atuação da oligarquia do Andradas. É importante salientar que o conceito de revolução passiva em Gramsci é de uso amplo, pois, mesmo sendo elaborado para compreender o “*risorgimento*” italiano, ele também é utilizado para estudar fenômenos muito diversos entre si, como o fascismo italiano, o americanismo, a restauração pós-napoleônica. Ou seja, o uso amplo, em relação a interpretação dos fenômenos históricos, nos é autorizado pelo próprio Gramsci (COUTINHO, 2012).

Apesar das evidentes diferenças, existem significativas similitudes do contexto italiano para o qual Gramsci formula o conceito de revolução passiva, com a realidade encontrada no Brasil. Uma dessas relevantes diferenças é o passado brasileiro de 322 anos como colônia. Outra importante diferença das formações sociais e territoriais é que o Brasil já é centralizado desde a época da colônia (1500-1822), enquanto a Itália foi instituída a partir de uma difícil e tardia unificação de seu território:

Esta situação pode ser pensada para o caso brasileiro, resguardando a diferença fundamental entre o *Risorgimento* italiano e a história do Brasil. Na Itália, um Estado particular desempenhou o papel definidor da formação de um novo Estado nacional unitário, enquanto o Estado que desempenha

---

<sup>9</sup> Jacobina no sentido de as classes populares participarem efetivamente do processo revolucionário e com a orientação de ruptura drástica com o regime político anterior.

no Brasil a função de protagonista das revoluções passivas já é um Estado unificado (COUTINHO, 1985 *apud* SOUZA, 2010,p.6).

Consideradas essas contribuições do pensamento gramsciano, aprofundar-nos-emos, agora, no debate teórico a respeito das especificidades das frações mineiras da burguesia que atuaram e continuam a atuar no processo brasileiro de revolução passiva.

#### **1.4. Formação e características das classes dirigentes mineiras**

A formação do Estado-Nação brasileiro é um processo de longa duração histórica que possui várias periodizações possíveis. Priorizamos uma que relaciona as fases da organização da sociedade política (como colônia, império, república velha e etc.) com os macro movimentos dos modos de produção e com suas necessidades, como o fim da escravidão, a industrialização e a urbanização (MORAES, 2011).

O Brasil passa por um período de colonização de mais de 300 anos, em que não existe um Estado propriamente brasileiro e sim uma colônia. É justamente esse período que lança as bases territoriais para o que posteriormente será o arranjo espacial brasileiro.

Embora ainda não suficientemente estudado do ponto de vista geográfico, podemos sintetizar que a colonização, antes de tudo, é uma afirmação militar, em que a metrópole tinha que garantir o uso e a colonização do território e estar intrinsecamente ligada ao expansionismo europeu (MORAES, 2002, 2005 b). Esse longo período da colonização relegou marcas indeléveis para a constituição da sociedade brasileira, como a separação de uma elite e uma enorme exclusão social.

A vigência de relações escravistas marca a estrutura social como um todo, com suas determinações indo além do relacionamento senhor escravo. Na verdade, todas as relações entre a população não escrava são marcadas pela presença da escravidão (MORAES, 2005 b p.80).

Além da enorme segregação social e racial do nosso país, esse processo de construção do Estado brasileiro relegou também uma forte ideologia geográfica: o território como recurso (MORAES, 2005 a), pois a colônia é um território subordinado e que deve ser explorado, visando prover com recursos os interesses da metrópole.

Nessa perspectiva, é importante a diferenciação entre território usado e fundos territoriais. Embora a metrópole possuísse a soberania do território por completo, não a utilizava em toda sua extensão. A esses espaços não utilizados chamamos de fundos territoriais, que mesmo não tendo uma utilização de relevância no período, poderiam vir a ter no período posterior, funcionando como uma espécie de reserva de valor em estado bruto (MORAES, 2005 b).

O longo período de colonização do país precisa ser revisitado para melhor compreendermos como se relaciona a oligarquia dos Andradas e o seu processo de conservação e restauração na sociedade política de Barbacena. É necessário reportarmos ao período pré-independência para captar as continuidades e rupturas dessa fração burguesa, pois como tratamos no subitem anterior, as características de direção sobre um processo de conservação e restauração são constitutivas da nossa burguesia. Doravante, verticalizaremos o estudo, buscando elucidar como uma fração específica da burguesia foi se comportando nesse processo.

Nesse sentido, é necessário compreendermos que a fração das classes dirigentes que atuam na sociedade política não se constitui como um ente isolado, visto que estas possuem relações com os âmbitos econômico e social e é nessa interação entre economia microrregional e contexto político que vamos tentar desvelar o processo econômico regional articulado com o desenvolvimento da fração burguesa, que atua na sociedade política, em particular do ramo mineiro da família Andradas. Dessa forma,

É preciso pensar as regiões e o urbano como *loci* de reprodução social específicos, investigar sua decorrente inserção em uma divisão inter-regional do trabalho, ou seja, analisar a produção de espaços concretos captando suas determinações históricas particulares (BRANDÃO, 2007, p.68).

Mostra-se relevante, assim, tecer algumas considerações sobre as relações entre frações da burguesia e desenvolvimento regional: a primeira é que frações da burguesia (mesmo o Estado possuindo um forte caráter de classe) não é somente, nem obrigatoriamente, a parcela dirigente da economia na região, pois a camada que atua na sociedade política é legitimada pelos seus pares. Estes, por sua vez, não necessariamente, são os maiores<sup>10</sup> burgueses da região (RESENDE,2008). No entanto, essa legitimação é fundamental, no sentido de possuir o conjunto de

---

<sup>10</sup> Na perspectiva da quantidade de propriedades que possui, ou seja, do ponto de vista econômico.

elementos que a relacionam como parte integrante da sociedade política com a direção econômica regional.

A fração dirigente econômica que atua na sociedade política necessita ser legitimada entre os seus pares, para poder se constituir como seus efetivos representantes, pois “(...) a capacidade de ordenar a sociedade diferencia a elite política da camada economicamente dominante, embora exista uma relação de representatividade entre elas” (RESENDE,2008, p.111).

Outro fator importante, apesar da não correspondência simples e direta, é a relação dialética entre a fração dirigente econômica de determinada região e o grau de dinamicidade econômica dessa região para maior ou menor projeção de suas parcelas na sociedade política, tendo em vista que a fração política se constitui e se projeta com maior ou menor dinamicidade em conjunto com a região, formando um bloco histórico, que impossibilita a dissociação entre estrutura e superestrutura .

Objetivando relacionar o desenvolvimento regional com a formação de uma parcela da burguesia que atua na sociedade política, a princípio apresentaremos brevemente o desenvolvimento estrutural e superestrutural da microrregião de Barbacena, para mostrar que, no ano de 1864, quando o primeiro membro da família Andradas – Antônio Carlos Ribeiro de Andradas –, muda-se para a microrregião de Barbacena, encontra um lugar fecundo para as suas atividades na sociedade política. É nesse local onde sua família vai prosperar e permanecer (PEREIRA,1994). Dessa maneira, recorrer à formação territorial e à atuação política é a chave metodológica de interpretação para apreendermos os sentidos da perenidade que tal oligarquia construiu.

Do casamento de Antônio Carlos com Adelaide Duarte de Andrada, resultou o ramo mineiro dos Andrada (PEREIRA,1994) e, desde esse encontro da oligarquia Andradas com região de Barbacena, desenvolve-se a mais longeva e perene oligarquia na sociedade política brasileira.

Esse processo de desenvolvimento regional de Barbacena, que tem a família Andradas como representante na sociedade política, existe há mais de 150 anos. Nesse período, a sociedade civil e o capitalismo brasileiro passaram por diversas alterações, mas é nesse estudo minucioso do desenvolvimento da particularidade microrregional que vamos tentar desvelar alguns elementos que permitiram o sentido de continuidade tão duradouro dessa fração oligárquica da sociedade política.



### 1.5. As características da atuação na sociedade política mineira

Descendo mais um patamar na nossa escala de análise, é preciso nos referirmos ao campo de reflexão teórica sobre as especificidades da fração burguesa que atua na sociedade política mineira. Essa investigação bibliográfica se faz necessária para compreendermos o ambiente e o contexto social político e geográfico em que se insere, a partir de 1864, a família Andradas, pois é em relação a esse contexto que vamos desvelar as relações que essa oligarquia tem com o conjunto da sociedade política.

Vários autores debruçaram-se sobre as especificidades dos agentes que atuaram na sociedade política mineira. Primeiro, destacaremos a obra de John D. Wirth, em seu clássico livro “Minas: o fiel da Balança”, de 1982, em que o autor faz um esforço de pesquisa e análise, tentando demonstrar como se forma e como atuou a parcela dirigente que atua na sociedade política de Minas Gerais.

De maneira simplificada, podemos sintetizar que Wirth defende a tese de que devido à mineração e ao controle geopolítico da metrópole portuguesa, os órgãos do estado central já se fazem presentes de maneira acentuada em Minas Gerais, e que pela posição geográfica estratégica, este estado teria o papel de centralizar e de ser o “fiel da Balança”, principalmente na república do café com leite. Contribuíram para essa centralidade a coesão política e sua atuação estratégica.

A análise seminal da obra de John D. Wirth já foi debatida e criticada por diversos autores, com destaque para a obra de Octavio Soares Dulci. A investigação de Dulci possui o foco na análise do século XX, mais precisamente no estudo da UDN, e depois na interpretação da modernização mineira, trazendo importantes contribuições para compreendermos a construção das especificidades do Estado de Minas Gerais.

O que Dulci (1999) vem nos mostrar é que a construção da chamada “mineiridade” passa por uma configuração da classe dirigente mineira, que a constrói tendo em vista seus próprios interesses. Entretanto, como já vimos em Gramsci, para manter a hegemonia dessa classe sobre as outras, é necessário expandir sua narrativa para a sociedade como um todo, visando construir o consenso que garanta sua hegemonia.

Podemos então iniciar a nossa argumentação, afirmando que essa construção passa pela formulação de que Minas Gerais é um estado onde se

encontra muita “cordialidade”, o que evitaria declarar “conflito aberto” para resolver divergências, além de muita habilidade política na negociação, pois se consegue pacientemente esperar as oportunidades corretas para conseguir habilmente os objetivos políticos. E, ainda, Minas Gerais, possuiria uma “centralidade política” resultante de diversos fatores (população, dimensão geográfica, localização central no território brasileiro), estando em posição estratégica nos debates nacionais (DULCI, 1999).

Essa construção das características da classe dirigente mineira serviu muito bem para os interesses próprios da burguesia, promovendo a coesão na atuação das frações burguesas mineiras.

Como narrativa hegemônica, essa construção da “mineiridade” também teve sérios reflexos nas outras classes sociais no estado, pois como já analisamos, para a construção de uma efetiva hegemonia, é necessário que as outras classes sociais entendam os interesses da burguesia como os seus próprios interesses.

E a construção hegemônica da cordialidade, como característica da fração atuante na sociedade política, foi fator constitutivo da aliança entre oligarquia rural e burguesia nascente, que permitiu um forte sentido de perenidade na fração que representa esses interesses na sociedade política.

A continuidade política é indicada pela sobrevivência da elite tradicional ao longo do processo de modernização. Essa elite tradicional se formou pela interligação de dois setores – oligarquia rural e a classe política que ocupavam os espaços de poder num contexto predominante rural e a “classe política” que ocupavam os espaços de poder num contexto predominante rural, através de formas típicas, como as lutas de família e o coronelismo (DULCI, 1999, p.115).

Trazendo o debate do item anterior, sobre as características da burguesia mineira, temos três núcleos de interpretação sobre suas características: um deles é baseado na obra de Victor Leal Nunes, que identifica o foco dessa característica no coronelismo mineiro, em que o público se associa ao privado na esfera local de atuação. A outra escola de interpretação joga muita luz ao desenvolvimento do café e ao poder econômico da elite da zona da mata mineira, colocando este poder como a base do poder político. Temos ainda uma terceira interpretação, em que a tese do patrimonialismo é trazida para a interpretação de Minas Gerais, em que o Estado seria uma esfera de atuação mais autônoma, e a fração que atua na sociedade

política mineira não estaria imediatamente vinculada a interesses e grupos econômicos.

Não se trata aqui de escolher uma das três escolas de interpretação da escola mineira. Antes, indicaremos que a diversidade econômica e as diferenciações regionais de Minas Gerais fazem surgir uma rede complexa de interesses, em que o Estado amplia-se no sentido gramsciano, mas com diferentes ritmos regionais, e múltiplos papéis das parcelas que atuam na sociedade política em cada região.

A continuidade política é indicada pela sobrevivência da elite tradicional ao longo do processo de modernização. Essa elite tradicional se formou pela interligação de dois setores - a oligarquia rural e a "classe política" que ocupava os espaços de poder num contexto predominante rural, através de formas típicas como as lutas de família e coronelismo (DULCI, 1999, p.115).

Voltaremos a discorrer, nos próximos capítulos, sobre o que permitiu a continuidade das oligarquias mesmo durante o processo de revolução passiva no Brasil. O que sinalizaremos é o papel protagonista que essa oligarquia teve no contexto que Gramsci denomina de revolução passiva, em outras palavras, estamos nos referindo à atuação importante dos Andradas nos acontecimentos de 1930, e seu papel extremamente conciliador nas contradições durante os acontecimentos finais da república velha, pois uma das características fundamentais das nossas classes dirigentes é a capacidade de conciliação na construção de uma revolução passiva.

No caso de Minas Gerais:

A diversificação econômica e a modernização social não deslocaram do poder a elite tradicional. Esta ao contrário se antecipou e procurou conduzir o processo. O Estado conservava sua feição oligárquica, mesmo que fosse ampliado seu raio de ação por força das exigências da modernização. Desta forma, antiga elite evitava que emergissem focos antagônicos de articulação política. O clientelismo com um aparelho estatal fortalecido e em expansão permitia revigorar o seu domínio numa sociedade mais complexa. (DULCI, 1999, p.116).

Um dos momentos mais centrais para compreendermos como atuou, e se desenlaçou o processo de revolução passiva e o acordo entre a velha aristocracia e os setores mais urbanos no Brasil, aconteceu na década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Debateremos sobre esse momento no capítulo 3, para desvelar a atuação e entender como foi o papel da oligarquia dos Andradas nesse desenvolvimento.

Concomitante ao processo de revolução passiva em Minas Gerais as relações de produção no estado tornaram-se complexas, o que traz também um maior incremento da sociedade civil em Minas, pois até 1930 o número de organização voluntárias é incipiente. No início do século XX, o estado possuía apenas três associações comerciais municipais (localizadas nas cidades de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Cataguazes) e que reuniam, indistintamente, industriais, comerciantes e fazendeiros. A única entidade de interesses privados em escala estadual era a Sociedade Mineira de Agricultura (SMA)<sup>11</sup> (DULCI,1999).

Depois de 1930, foram instituídas muitas outras organizações voluntárias de interesses privados no Estado, como a Sociedade Mineira dos Engenheiros, a Federação do Comércio, entre outras. Merece destaque a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)<sup>12</sup>, pela sua centralidade econômica e pela capacidade de seus quadros atuarem na sociedade política estadual.

### **1.6. O debate regional e a microrregião de Barbacena**

O campo de debate sobre o conceito de região consolida-se dentro da disciplina geográfica<sup>13</sup>, justamente pela importância do conceito para a disciplina, visto que são múltiplas as escolas e distintos os entendimentos sobre o tema. Apesar dessa pluralidade, é consensual entre diversas correntes que a superfície terrestre é diferenciada entre si. A escolha dos aspectos a serem recortados dessas “diferenciações” regionais vai depender do interesse e do enfoque que o pesquisador escolhe e a realidade pesquisada demanda. Em outras palavras, o aspecto que o sujeito pesquisador está querendo apreender do objeto é que vai definir a escolha do método e dos critérios a serem utilizados para a regionalização (DINIZ BATELLA, 2005).

Como já relatado, neste trabalho seguimos uma concepção gramsciana de região, que articula estrutura e superestrutura, desse modo, tomamos como centro

---

<sup>11</sup> Também confluíam os quadros todos os industriais políticos e rurais. Somente nos anos 1930 os setores foram diferenciados com a formação da federação das indústrias, da federação do comércio, entre outras (DULCI, 1999)

<sup>12</sup> Para interessados sobre a FIEMG, indica-se *A Estratégia de um Revés Estado e Associações Empresariais Em Minas*, de Ignácio Godinho Delgado, 1997.

<sup>13</sup> Sobre o conceito de região na Geografia, para interessados indica-se Castro (2011), Moraes (1988) e Lencioni (2009).

da nossa análise o bloco histórico e a atuação dos atores políticos. A geografia já possui um vasto debate sobre o conceito de região, e não é objetivo desta pesquisa fazer digressão sobre o tema, todavia, é importante delimitar e espacializar o nosso objeto de estudo, principalmente porque tal delimitação nos auxiliará a compreender o fenômeno investigado.

A reflexão sobre o conceito de território permite-nos focalizar aspectos do bloco de poder com mais centralidade<sup>14</sup>. Contudo, quando nos referimos à microrregião de Barbacena estamos remetendo a uma microrregião específica que precisa ser espacializada. Nesse sentido, para atender ao nosso objetivo, não trabalharemos com enfoque e delimitação rigorosos das fronteiras da microrregião de Barbacena<sup>15</sup>, por termos utilizado um recorte temporal bem abrangente e, nessa longa delimitação temporal, a microrregião ter passado por grandes alterações geográficas (DINIZ BATELLA, 2005).

Apesar de o nosso trabalho não ter o objetivo de se aprofundar nas questões das diferenças cartográficas da região de Barbacena, não é demais repetir que é fundamental espacializar nossa análise, por isso torna-se necessário nos referimos de maneira mais evidente sobre qual é a delimitação a que denominamos de microrregião de Barbacena. As mais sistematizadas demarcações regionais do Estado de Minas Gerais foram as realizadas por órgãos oficiais do Estado como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e pela Fundação João Pinheiro, (FJP) objetivando balizar e subsidiar e orientar as políticas públicas (DINIZ BATELLA, 2005).

Esses órgãos (IBGE e FJP) iniciaram suas propostas de regionalização do Estado de Minas no século XX, 1941 para sermos mais precisos, e já foram realizadas oito regionalizações diferentes até o presente momento (2019). A regionalização que utilizaremos nesta pesquisa é a mais atual e completa das

---

<sup>14</sup> A relação entre os conceitos de território e região na geografia é um debate bem profícuo, pois em certa medida a epistemologia desses conceitos opõe-se à escola alemã, que estabeleceu a noção de território, e à escola possibilista francesa, que trabalha muito com noção de região, (LEITE, 2012). Não pretendemos avançar, neste trabalho, na relação epistemológica entre território/região, no entanto, utilizamos a relação proposta por Leite (2012): “Assim sugerimos um caminho no qual a formação regional e a formação do território nacional possam ser pensados como momentos contraditórios do processo de territorialização do capital que exigem formas territoriais diferenciadas de exercício do poder” (LEITE, 2012, p.116)

<sup>15</sup> Seria instigante realizar um estudo cartográfico sobre as mudanças e as alterações que a microrregião tem passado ao longo dos anos, entretanto, um trabalho com esse viés deveria ter outros objetivos que não são centrais nesta pesquisa.

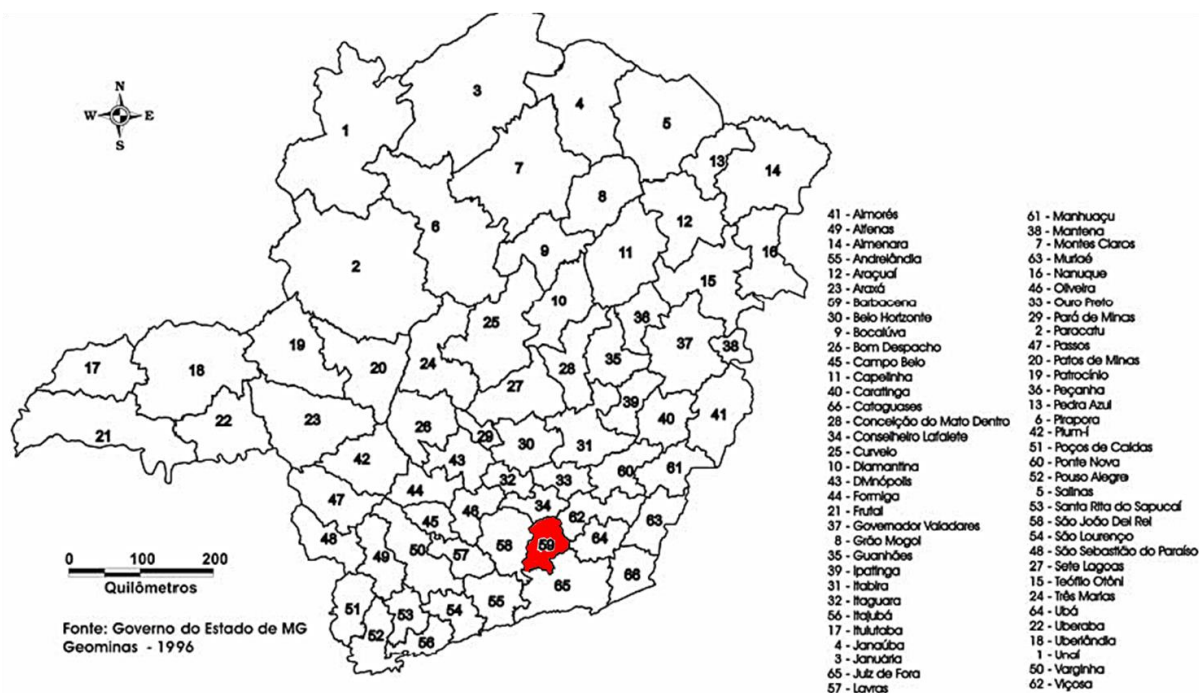
regionalizações (DINIZ BATELLA. 2005). Ademais, esta escolha justifica-se pelo maior número de critérios e complexidade envolvidos em sua elaboração.

O IBGE define critérios para definir uma mesorregião:

Entende-se por mesorregião uma área individualizada em uma unidade da federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento articulacional espacial. Estas três dimensões possibilitam que espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que ai se formou. (IBGE, 1990 p.8)

Por sua vez a mesorregião é composta por microrregiões que “(...) foram definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto a organização do espaço. Essas especificidades refere,-se à estrutura de produção agropecuária, industrial, estrativismo mineral ou pesca.” (IBGE, 1990, p.8)

**Figura 1- Microrregiões do estado de Minas Gerais, (destaque em vermelho para a microrregião de Barbacena)**



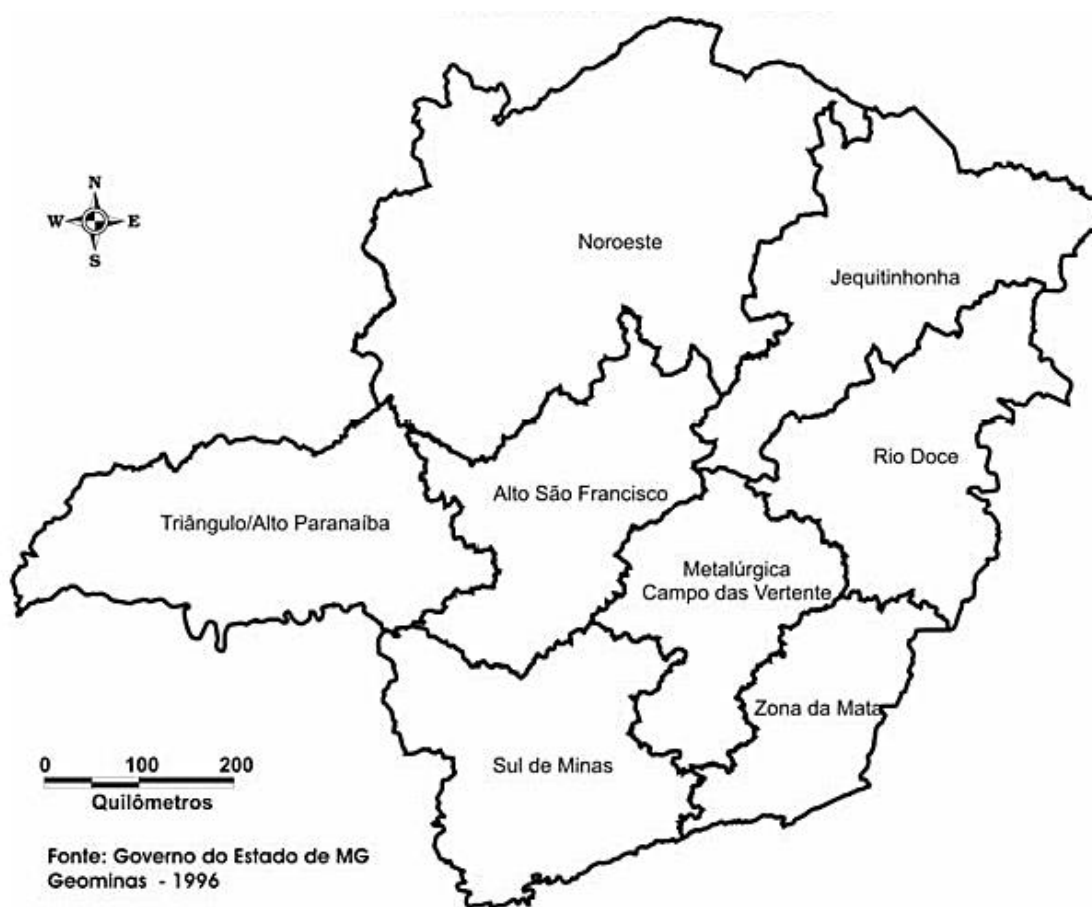
Fonte: (DINIZ BATELLA. 2005)

É interessante notar, que pelo processo histórico e suas bases territoriais, a mesorregião, antigamente definida em 1941 pelo IBGE como Campos da

Mantiqueira Mineira, agora conhecida como Vertentes, está sublocada na grande região central de Minas. Todavia, essa região ainda guarda muitas diferenças, sendo interessante objeto de pesquisa o aprofundamento dessas diferenciações.

A saber a microrregião de Barbacena atualmente é formada pelos seguintes municípios: Alfredo Vasconcelos, Antônio Carlos, Barbacena, Barroso, Capela Nova, Caranaíba, Carandaí, Desterro do Melo, Ibertioga, Ressaquinha, Santa Bárbara do Tugúrio, e Senhora dos Remédios. (IBGE, 2019)

**Figura 2- Regiões do Estado de Minas Gerais**



. Fonte: DINIZ e BATELLA. 2005

Como já relatado, um dos critérios de regionalização passa pela análise do processo de formação territorial diferenciado, isto é, mesmo aglutinando a microrregião das Vertentes com a Central de Minas, essas regiões permanecem “carregadas” de diferenciações internas, pois os processos de formação territorial possuem traços distintivos da região da Zona da Mata Mineira e do Sul de Minas. Assim, a microrregião das Vertentes foi aglutinada à região central na regionalização

de 1996. Entretanto, o Campo das Vertentes é considerado uma mesorregião independente, com importantes diferenciações das demais. Diante do exposto, a referência geográfica central para o nosso trabalho é a formação territorial da microrregião de Barbacena, buscando entender o desenvolvimento e consolidação da região em suas dimensões estrutural e superestrutural.



## **Capítulo 2. Formação Territorial da Microrregião de Barbacena**

## 2.1. A formação territorial da microrregião de Barbacena

A microrregião região hoje denominada Barbacena é um território na serra da Mantiqueira que foi ocupada anteriormente pelos índios Puris<sup>16</sup> do tronco Tupi (IBGE, 2017) e que, com a descoberta do ouro na região das Minas, foi efetivamente colonizada.

O processo de colonização na região ocorreu em um contexto no qual predominava o interesse de um poder central por expandir e efetivar seu domínio sobre o território, em detrimento dos povos nativos, empreendendo, para isso, iniciativas de penetração nos sertões do Brasil. Em outras palavras, tratava-se, efetivamente, de explorar os vastos fundos territoriais que Portugal tinha sobre seu domínio jurídico, pois o desenvolvimento econômico da região sul-sudeste brasileiro era muito incipiente no final do século XVII (MORAES, 2011).

Essa exploração da região montanhosa não se deu diretamente pelos portugueses, e sim pelos filhos da terra, isto é, mestiços nascidos na capitania de São Vicente: os bandeirantes, que vieram a descobrir ouro na região montanhosa.

Logo após a descoberta do ouro na região pelos bandeirantes, deu-se um conflito relacionado ao controle sobre as minas recém descobertas, pois o poder central da metrópole objetivava garantir os frutos e usos dessa riqueza recém-descoberta para si, enquanto os paulistas reivindicavam a descoberta e, com isso, o direito à exploração dessas jazidas auríferas. Essa tensão foi se acumulando até eclodir, em 1707, a guerra dos Emboabas. Com a vitória a favor dos portugueses, em 1709, a metrópole portuguesa toma medidas administrativas, visando aumentar seu controle na região. A primeira é a criação, em 1709, da capitania de São Paulo e das minas do Ouro, medida essa que se radicaliza em 1720, quando o imperador desmembra a região de São Paulo e cria a capitania das Minas Gerais.

---

<sup>16</sup> Os Índios Puris foram classificados como “selvagens”, nomeação proposta pelo viajante do início século XIX, Jean Baptiste Debret. Para mais informações sobre as tribos e contato com os colonizadores, indica-se Almeida (2009).

A delimitação fronteiriça da nova Capitania obedeceu à conveniência colonial portuguesa de isolar a região das minas. Tal estratégia teve por objetivo evitar o acesso de outros impérios europeus e impedir a evasão de divisas em ouro. Assim, a política colonial, com o objetivo de controlar o escoamento da produção e de evitar o contrabando, impôs controle rigoroso do acesso e submeteu a geografia a estes fins. Foram abertas vias reais de comunicação (a abertura de vias privadas era proibida), construídas pontes, incentivados o plantio de hortas e a construção de hospedagem nos caminhos. Além disso, foi montada uma completa infraestrutura fiscal (superintendentes, escrivães, casa de fundição, passagens e registros nos caminhos) (MELLO, 2010 p.132).

O primeiro registro de posse sobre esse território foi do filho do Bandeirante Fernão Dias, o Coronel Rodrigues de Fonseca Leme, que estabeleceu nas terras de suas sesmarias o Registro da Borda do Campo. Vendida a fazenda, em 1724, a Matias Domingos e a Francisco da Costa, retirou-se o Coronel Fonseca Leme para São Paulo, onde faleceu em 1738. A instalação do Arraial da Igreja Nova, um entreposto do caminho novo, que fomentou recursos e mantimentos para a travessia da nova via entre as minas e o porto do Rio de Janeiro (IBGE,2017)<sup>17</sup>.

O chamado caminho novo foi aberto em 1701-02, com o objetivo de tornar mais rápida a travessia pela serra da Mantiqueira e o trânsito do ouro das minas ao porto, tendo em vista que, “cortando” a serra da Mantiqueira, seria possível diminuir o tempo de viagem de 74 dias para 25 dias (RESENDE, 2008).

No contexto econômico do capitalismo mercantil, a abertura desse caminho tinha como intuito modificar o arranjo espacial, visando dinamizar a atividade comercial e o transporte de mercadorias. Com esse objetivo, diminuiu em quase 50 dias o tempo de escoamento do ouro e dos diamantes do norte da província até o porto do Rio de Janeiro, o que representou um avanço significativo na velocidade do escoamento do ouro e dos diamantes. Na figura abaixo, podemos observar os trajetos dos dois caminhos (o antigo e o novo).

---

<sup>17</sup>Como cobradora das entradas e provedor dos quintos, a primeira freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo foi criada em 1725 pelo quarto Bispo do Rio de Janeiro, Frei Antônio de Guadalupe. Foi seu primeiro vigário o Padre Luís Pereira da Silva e teve por sede provisória, até 1730, a capela da Borba. Daí, a sede da freguesia foi transferida para a chamada Igreja Nova, a atual Matriz de Barbacena” (IBGE,2017).



Concomitante ao desenvolvimento econômico regional, também vai se conformando uma oligarquia ligada diretamente à atividade agrícola: os senhores do caminho<sup>19</sup> que foram angariando capital, por meio do comércio e da agricultura e pecuária. É indiscutível a força da agropecuária e do comércio tropeiro locais, sendo possível observar que estas atividades se constituem “vocação econômica” da região desde a época da sesmaria (RESENDE, 2008, p.21):

É interessante notar que o conjunto geográfico desta análise (Borda do Campo e Mantiqueira) constitui, na posterior criação da Vila de Barbacena, freguesias do Termo da Vila. Enfim, o que o autor pode perceber é que em 76,19% das atividades produtivas nas sesmarias estavam relacionadas à agricultura, assim como em 50% dos casos de posse na Mantiqueira. Rodrigues pode constatar ainda que, em segundo lugar a atividade mais praticada era a associação da agricultura com a pecuária. (TEIXEIRA, 2005, p.4)

Como afirmado anteriormente, é fundamental entendermos que o arranjo espacial dessa microrregião, nesse período, já se conformava como um bloco histórico, em que a oligarquia rural e comercial, devido à cessão do poder imperial central, que já comandava postos importantes na sociedade política e ia consolidando seus interesses.

## **2.2. O arranjo espacial microrregional e o bloco de poder**

Como debatido no capítulo primeiro, os fatores da disputa da hegemonia são constitutivos da dinâmica do arranjo espacial. Como as disputas e a construção de uma nova hegemonia, vão construindo um novo bloco histórico, pois:

O Espaço é o produto dos embates da sociedade civil, seu esquema de regulação não vem, portanto, da imposição de uma entidade abstrata. Não vem como exclusividade do Estado. Muito menos do poder econômico exclusivo de uma classe. Seu centro de gravidade é o bloco histórico, o sujeito dominante por excelência dentro da sua complexidade de escala. Por isso, o espaço nasce como infraestrutura, mas organiza-se e move-se num ato de superestrutura. (MOREIRA, 2010, p.95)

---

<sup>19</sup> É a designação das primeiras famílias proprietárias que vieram a se instalar na região da fazenda borda do campo (RESENDE,2008)

Nesse sentido, é fundamental identificarmos os fluxos econômicos e a mudança do arranjo econômico, relacionando a movimentação econômica com o deslocamento do bloco histórico e das ações políticas das classes sociais, haja vista a ligação dialética desses fatores.

No final do Século XVIII, com o advento da revolução industrial inglesa, a burguesia estava ascendendo enquanto classe dirigente revolucionária em vários lugares do mundo, como na independência dos Estados Unidos (1776) e na revolução francesa (1789). Além de dirigir essas revoluções, a burguesia edificava também seus intelectuais orgânicos, desenvolvendo e disseminando o pensamento liberal, as ideias de Estado Burguês e seus valores em geral.

Naquele momento histórico, frações da classe dirigente brasileira – incluindo a mineira e a regional – entram em contato com essa efervescência europeia, principalmente por meio das universidades do “velho continente”, visto que não existiam universidades no Brasil e na província de Minas<sup>20</sup>. Pode-se considerar, assim, que:

[...] (a) escassez de instituições de ensino, especialmente de nível superior, tornou usual às famílias ricas de Minas Gerais enviarem os seus filhos para estudar na Europa. Notabilizaram-se, entre outros, os mineiros: Vicente Coelho de Seabra Silva Teles, na vanguarda das ciências químicas em Portugal, além de Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, um dos pioneiros da siderurgia no Brasil. Filgueiras (2007) registrou um número de 1.000 brasileiros formados em Coimbra. Dentre eles, segundo Carvalho (1978), graduaram-se 430 em filosofia natural entre os anos de 1772 e 1792, sendo a maioria proveniente das Minas Gerais. Estes jovens traziam para os encontros sociais na Capitania os debates acadêmicos e políticos dos quais participaram na Europa. Tais reuniões periódicas desencadeavam inevitáveis palestras sobre a Independência dos Estados Unidos (1776) e os movimentos que precipitaram a Revolução Francesa (1789). (MELLO, 2010 p.133)

O avanço econômico na região de Borda do Campo, a relação dessa oligarquia com as novas ideias vindas do velho continente, mais a conjuntura econômica do ouro, vão criando condições para a tentativa de formação um novo bloco de poder, que vai se desdobrar em um importante episódio político na história de Minas Gerais e do Brasil, pois, conforme se consolida uma fração proto

---

<sup>20</sup> A estratégia das classes dirigentes de internacionalizar a trajetória estudantil de seus filhos perdura como meio de manutenção do poder até os dias atuais. Para os interessados nessa e em outras características da reprodução das classes dirigentes, indicamos Ernesto Seidi (2013).

burguesa<sup>21</sup> com interesses econômicos próprios, vai conformando também um projeto que entra em tensão direta com o poder central:

A queda de produção do ouro e as medidas arbitrárias e desproporcionais anunciadas pela Coroa para recuperar a arrecadação elevavam as “vozes do ouro” (CARVALHO, 2005), contrárias à condição colonial por ocasião da Inconfidência Mineira. (RESENDE, 2008, p.133)

A fração protoburguesa vai “maturando” em consonância com as burguesias europeias seu projeto de autonomia, e tentando constituir um novo bloco de poder. No entanto, o poder central de Portugal é contrário a esse desenvolvimento em sua colônia, pois o ouro de Minas era parte substancial da economia mercantil de Portugal, o que o coloca em antagonismo com esse projeto de um novo bloco de poder que frações protoburguesas pretendiam para a região. Nessa contradição, o projeto de uma protoburguesia regional é prematuramente descoberto e combatido pelo poder central no processo da Inconfidência mineira, mas entra para a história como uma relevante tentativa dessa protoburguesia em desenvolver um projeto autônomo e constituir um novo bloco histórico.

É necessário ressaltar que esse projeto de emancipação dessas frações tropicais não é o mesmo projeto das burguesias francesa e estadunidense. As ideias e os projetos desenvolvidos por essa parcela brasileira possuem características e contradições próprias, pois o princípio burguês liberal, quando confrontado com a realidade econômica social encontrada na região, desenvolve contradições específicas. Podemos ilustrar como principal contradição com o pensamento europeu liberal a questão da escravidão, pois diferentemente do caso da burguesia francesa e do norte dos Estados Unidos, a classe dirigente brasileira era, em sua maioria, composta por senhores de escravos.<sup>22</sup>

A tentativa da inconfidência é combatida pelo poder central da coroa, e seus integrantes são presos e deportados<sup>23</sup>. Dentre eles, um ativo integrante desse movimento foi José Aires Gomes, proprietário de uma fazenda – Borda do Campo – herdada em 1775 (RODRIGUES,2008), e que inicia a colonização oficial da região.

---

<sup>21</sup> Protoburguesa refere-se ao caráter inicial e incompleto (em relação a nacionalidade e sentimento de pertencimento a um povo) da burguesia brasileira em relação a outras burguesias do mundo.

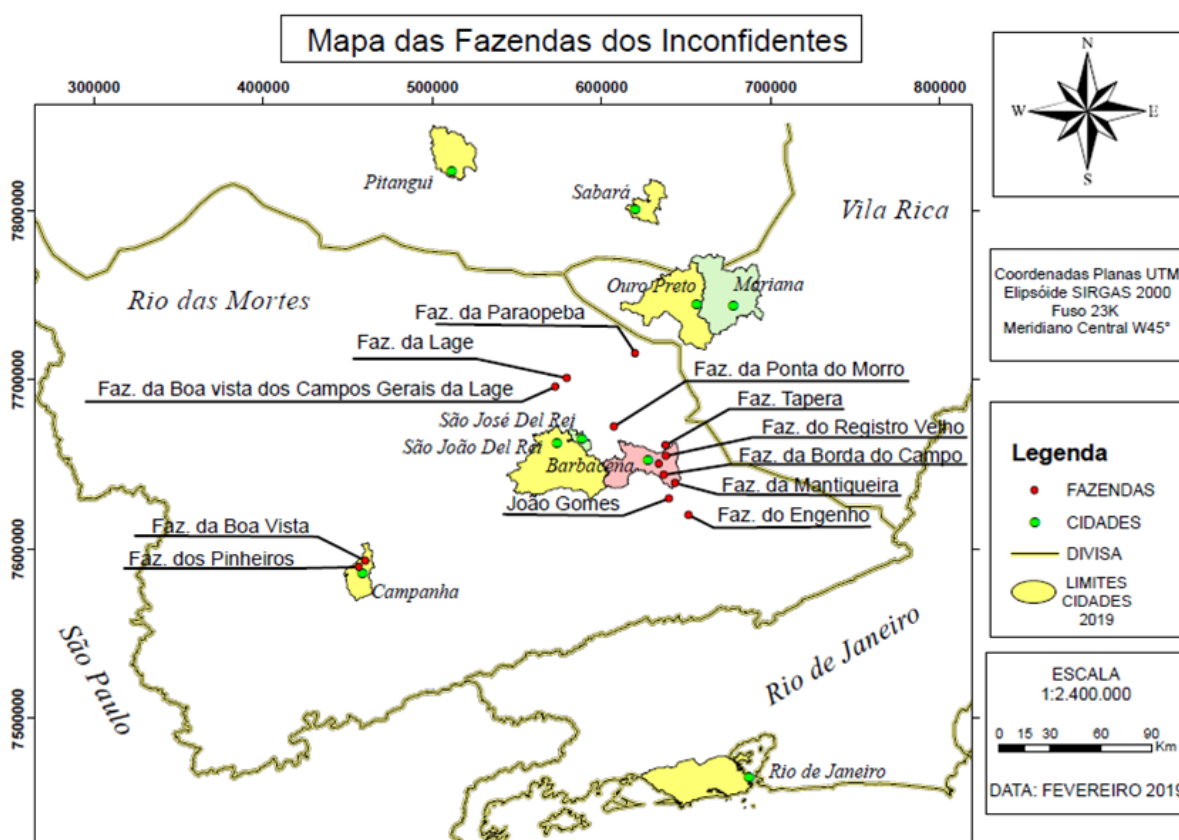
<sup>22</sup> Sobre liberalismo das classes dirigentes brasileiras, indicamos Mazzeo (2015).

<sup>23</sup> Para aprofundar os estudos no sequestro de bens e trajetórias dos principais envolvidos na Inconfidência Mineira, indicamos a tese de Rodrigues, 2008, USP.

José Aires Gomes foi um integrante ativo do movimento de inconfidência, mas tem seus planos frustrados e acaba exilado em Moçambique, na África.

A reação do poder central à inconfidência, além de repressiva, teve um efeito geográfico de criação de vilas na região, em consequência de todo o aparato administrativo que é instalado, pois antes de descoberta a inconfidência, em 1789, havia passado 59 anos sem a instituição de novas vilas, “entre 1730 e 1789 nenhuma vila foi criada na capitania de Minas Gerais” (RESENDE, 2008, p.97). Abaixo, segue um mapa da localização das fazendas expropriadas:

**Figura 4- Mapa da localização das fazendas sequestradas dos Inconfidentes**



Elaboração Willian Pacheco 2019

Como podemos ver no croqui acima, a região foi um dos polos da revolta, tanto que as posses e as propriedades dos inconfidentes que tiveram seus bens sequestrados ficavam todas na comarca do Rio das Mortes. Após a descoberta do movimento da Inconfidência Mineira, o poder central imperial toma a medida de criar sete vilas na capitania, sendo seis delas na comarca do Rio das Mortes, com um objetivo explícito de maior controle sobre a região, o que gerou uma revolta da



protoburguesia. Como reação, a monarquia portuguesa teve a ação e o interesse de empurrar o “sertão mineiro” para mais longe.

Nesse contexto, foi desmembrado o Arraial da Igreja Nova, em 1791, quando foi elevado à categoria de vila pelo Governador da Capitania, Visconde de Barbacena. É em homenagem a tal visconde que provém a denominação da cidade (IBGE,2017).

Com a criação de vilas, preferencialmente na área da inconfidência, o império português objetivava sedimentar e adensar uma rede de controle sobre o caminho, “isolando-a” de potências estrangeiras, ao mesmo tempo em que visava o maior controle interno sobre a região e suas classes dirigentes (MELLO, 2010).

No início do século XIX, devido às guerras napoleônicas na Europa, um acontecimento importante ocorre com a vinda da família real para o Brasil, em 1808. Esse fato traz maior autonomia política para o país, já que o eleva à categoria de reino unido de Portugal. Com a chegada de cerca de 20 mil nobres e bem remunerados funcionários burocráticos, a demanda colonial foi consideravelmente incrementada.

Assim, com a vinda da corte, é aberto, no Rio de Janeiro, um novo mercado consumidor, o qual se associa ao declínio da mineração, o que cria as condições para uma inversão no sentido de mercadoria, já que a região de Barbacena passa a abastecer de mercadoria a capital do império (RESENDE, 2008). A relação econômica e política com a corte e o poder central não beneficia a região e suas classes de maneira igual. A participação política e a cidadania<sup>24</sup>, nesse período, reservava-se a uma pequena oligarquia e, no interior desta, um grupo menor ainda passa à condição de representantes na sociedade política, galgando cargos no poder central<sup>25</sup>.

Desses representantes, alguns conseguiram verdadeiro êxito econômico e, concomitante a esse êxito, foram estruturando, na esfera regional, a sociedade política, haja vista que a elevação à condição de vilas levava à instauração de uma administração local com relativa importância e autonomia, pois as câmaras municipais exerciam as funções de porta-vozes regionais e, nelas, tinha-se o direito de fazer reivindicações à revelia dos governadores (RESENDE,2008).

---

<sup>24</sup> Cidadania aqui compreendida dentro dos limites de participação na sociedade política, como por exemplo, o direito de decisão e participação na construção das leis que era extremamente limitado no período.

<sup>25</sup> RESENDE (2008) trabalha o exemplo do Camilo Maria Ferreirão, O Conde de Prados.

A administração da justiça (criminal, cível, administração de bens dos órfãos) e a fiscalidade foram estruturadas nas circunscrições judiciárias e administrativas: comarcas, termos de vilas e distritos de paz. O território de jurisdição da comarca era dividido em termos, que, por sua vez, era dividido em distritos – menor demarcação territorial (Na esfera da administração eclesiástica, os termos eram compostos por uma ou mais freguesias (paróquias) – circunscrição com igreja paroquial, presidida por um pároco e vinculada a um bispado). Havia também o julgado, que era outro tipo de circunscrição judiciária com autonomia judiciária parcial e sem autonomia administrativa, subordinada a uma câmara. A vila era a sede do termo e povoação principal. A designação vila era utilizada também como sinônimo de termo, abrangendo duas conotações. Ou seja, referindo-se à povoação principal e também ao seu termo, o território de jurisdição dos oficiais camarários. (IBGE, 2017).

Com a consolidação econômica via abastecimento agropecuário do mercado da corte no Rio de Janeiro e a consolidação de uma esfera regional, “Os senhores do caminho estavam estruturando-se na esfera local e buscando angariar recursos políticos” (RESENDE, 2008 p.106).

A política de integração de Centro-Sul, promovida pela coroa, possibilitou àqueles ligados ao comércio de abastecimento o enriquecimento econômico, pois alguns comerciantes dessa região possuíam fortunas equivalentes às da corte (RESENDE, 2008).

Essas experiências de contato econômico e político com a corte são fundamentais para suas atuações nas décadas cruciais no período pós-independência. Esses laços estreitos com a coroa e o poder central, somados à estratégia de educação de seus filhos na Europa, propiciaram grandes resultados para os filhos da classe dirigente da região<sup>26</sup>.

### 2.3. O pós-independência

---

<sup>26</sup> Como principal exemplo de trajetória de sucesso desse período, podemos apresentar a seguinte citação: “O Conde de Prados era um homem no seu tempo, um homem do século XIX, em todos os sentidos. Ele constitui um “caso modal” características de seu grupo e de sua época. Nascido na freguesia de Barbacena, batizado na capela do Registro Velho, em 14 de agosto de 1815, era filho natural de Marcelino José Ferreira, Barão de Pitangui, e de Possidônia Leodora da Silva. Entre 1832 e 1837, cursou Medicina em Paris. Regressou ao Brasil em 1838, passando a atuar com médico em Barbacena. Além da atividade profissional, foi juiz de paz e presidente da Câmara Municipal de Barbacena. A partir daí sua atuação política foi constante, sempre ligada aos liberais. Em 1839 fundou e redigiu o jornal *O Echo da Rasão* até 1842, quando o periódico desaparece em meio ao Movimento Liberal de 1842.” (RESENDE, 2008 p.15)

Com a Proclamação da Independência do Brasil em 1822, novas questões se situam, pois, agora, é preciso fundar os marcos simbólicos do que seria esse novo Estado. A questão do Estado nacional brasileiro coloca-se com enorme proeminência, visto que o processo de construção de seu território acontece concomitantemente e dialeticamente com a construção simbólica e econômica do que seria esse novo Estado. Em outras palavras, era preciso forjar simbolicamente um país, o qual antes era apenas colônia de Portugal (MORAES, 2005 b).

O arranjo espacial brasileiro não representava um território com regiões bem integradas entre si, pois o processo de colonização relegou um território mais integrado com os circuitos de exportação de produtos primários do que com a demanda de mercado interno<sup>27</sup>( BRANDÃO, 2007), pois com atividades econômicas e população bem diferenciadas entre si, em cada região do país, o Brasil, no período da independência, mais parecia um arquipélago de interesses econômicos diferenciados. Essa distinção econômica claramente refletia-se também nas frações de classe dirigentes regionais, que diferenciavam bastante seus interesses econômicos e políticos.

Essa efervescência política explicita diversas contradições na sociedade, contudo, tinha um ponto convergente para setores majoritários das classes dirigentes: a unidade territorial deveria ser mantida, ou seja, era preciso que o território que o império português tinha constituído como colônia se mantivesse unido como país, pois havia um grande interesse em manter os fundos territoriais: “a exploração dos fundos territoriais foram o arcabouço que cimentou as elites regionais na independência” (MORAES,2011).

As décadas subsequentes à independência foram marcadas por instabilidades políticas. Várias províncias vivenciavam rebeliões e revoltas<sup>28</sup> contra o poder central, de modo que as classes dirigentes regionais viram uma oportunidade de ampliar sua autonomia na sociedade política federal (MORAES, 2005b). A

---

<sup>27</sup> A notável exceção é o circuito de produção de carne e charque que conseguia integrar os circuitos econômicos e o território (BRANDÃO, 2007)

<sup>28</sup> Desse período, podemos destacar a guerra da Cisplatina, que se inicia em 1825, e termina com a independência do Uruguai, e a noite das Garrafadas, em 13 de março de 1831 no Rio de Janeiro. Um pouco depois, em 1835, inicia-se a revolução Farroupilha no Sul do país, além da revolta do Males e da Cabanagem na Bahia e no Pará, respectivamente. Em Minas Gerais, apesar de ainda não devidamente divulgada, aconteceu a revolta de carrancas em 1833. Sobre a revolta de Carrancas indica-se a obra de Andrade (2013), disponível em: <http://www.historia.uff.br/impresoesrebeldes/?temas=massacre-em-carrancas>

maioria das províncias passou a exigir tal autonomia, porém algumas posicionaram-se a favor do poder central, dentre as quais São Paulo e Minas. Na escala microrregional, a cidade de Barbacena foi de grande importância na defesa do príncipe regente, merecendo, posteriormente, manifestações formalizadas de agradecimento do imperador, na câmara de vereadores do município:

(...) Monarquia portuguesa, então em crise oferecendo-se os barbacenenses para lutar em defesa do Príncipe Regente, que nessa ocasião, havia recorrido aos mineiros. Mereceu Barbacena então o título de “nobre e muito leal”, conferido pelo primeiro Imperador, pelo Alvará de 17 de março de 1832.” (IBGE,2017)

Esse apoio ao poder central da classe dirigente de Barbacena não veio sem motivações econômicas, considerando-se que os interesses comerciais da oligarquia dessa cidade (ligada à agropecuária e ao comércio) se realizavam na corte, por meio da venda de produtos agropecuários na capital. Para além da relação econômica, outros elementos também aproximaram ainda mais as classes dirigentes de Barbacena do poder central<sup>29</sup>, consolidando e contribuindo para uma boa posição da fração barbacenense no bloco de poder da república velha.

Cabe detalhar um pouco mais a conjuntura do período regencial no Brasil, tendo em vista que, em razão da volta de Pedro I para Portugal, em 1831 e da impossibilidade de Pedro II assumir o poder, estabeleceu-se um período (1831-1840) de instabilidade política no país (RESENDE,2008).

No bojo das instabilidades e conflitos do período regencial, acontece, em 10 de junho de 1842, um conflito denominado como a Revolta Liberal, e Barbacena torna-se o epicentro da revolta. Nesses acontecimentos, a câmara dessa cidade aclamou o presidente interino de Minas Gerais, o Coronel José Feliciano, (futuro Barão de Cocais). Barbacena consolida-se como importante sede para revolta, todavia, acaba por ser derrotada pelo exército de Duque de Caxias (EXÉRCITO, 2017).

Em meados do século XIX, o Estado de Minas Gerais, embora não possuísse o dinamismo econômico de outros Estados da federação, que agora despontavam na economia (como São Paulo e Rio Grande do Sul), ainda mantinha o maior colégio eleitoral e uma bancada muito coesa, o que lhe dava um caráter de centralidade para a atuação na sociedade política brasileira. (VISCARDI, 2006).

---

<sup>29</sup> Como os casamentos entre as famílias da capital e de Barbacena (RESENDE, 2008).

Além disso, certas regiões desse estado, ainda tinham muito prestígio devido ao desenvolvimento da agricultura e do comércio.

Foram nessa conjuntura e contexto que um ramo da família Andradas mudou-se para Barbacena em 1864, por motivos de saúde, segundo a maioria das fontes, (LADEIRA,2009).

Um elemento fundamental para entendermos a reprodução e o sentido de perenidade da atuação dessa oligarquia no Estado são os casamentos<sup>30</sup>. Estes, muitas vezes são estratégias das classes dirigentes, tanto para acumular patrimônio econômico, quanto para reconhecimento e aumento do prestígio político. Nesse sentido, a vinda de um integrante de segunda e terceira geração de uma família já com reconhecimento na escala nacional, casando-se com uma descendente direta de José Aires Gomes, representava uma importante aliança política e patrimonial.

A família Andrada no Brasil começa em Santos, então vila de São Paulo, com José Ribeiro de Andrada, português que se estabelece no litoral paulista por volta de 1678. Era filho do lusitano Gaspar Ribeiro, ex-prefeito intendente do Porto (o que demonstra a vocação secular da família para a atividade política) e da espanhola Francisca de Andrada Machado. O neto de José Ribeiro de Andrada, Bonifácio José Ribeiro de Andrada, rico comerciante, com negócios ligados ao ramo açucareiro, “a segunda fortuna de Santos” (COSTA, 1974, p. 42), foi pai de José Bonifácio de Andrada e Silva, “O Patriarca da Independência”, e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, “O Conselheiro”. Martim Francisco se casou com Gabriela Frederica, a filha do “Patriarca”. Desse matrimônio nasceu Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, “O Bacharel” (também conhecido como “O Senador” (Ladeira, 2009,p.13).

Os casamentos são tão importantes para a manutenção do patrimônio da família, que a filha do “patriarca da independência”, Gabriela Frederica, casa-se com o seu tio, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, (irmão de José Bonifácio). Ressaltamos que casamentos intrafamiliares nesse período não eram considerados prática incomum entre as famílias mais abastadas. Assim sendo, o filho desse matrimônio é o primeiro a se mudar para a microrregião de Barbacena:

Antônio Carlos e sua mãe, Gabriela, deslocam-se da baixada paulista para Barbacena, em 1864, para tratamento médico, devido ao clima agradável da cidade mineira. Nestor Massena acrescenta outra razão para essa escolha: os Andradas deviam gratidão a Minas, por ter esta eleito Martim Francisco, quando preso, para representá-la na segunda legislatura da Assembléia Geral do Império, sendo, portanto, natural que o Bacharel

---

<sup>30</sup> Os casamentos são estratégias de manutenção de patrimônio e de reputação política muito importante para a continuidade da classe burguesa como classe dirigente. Para interessados em conhecer essas estratégias indicamos a leitura do texto de Ernesto Seidí, 2013.

Antônio Carlos e sua mãe, viúva desde 1844, viessem a residir em terras mineiras.” (MASSENA, 1985 apud PEREIRA; FARIA, 1998, p. 3, 4).

Assim o tratamento pode ter sido um pretexto para escamotear a verdadeira intenção de a família Andrada se estabelecer na Província de Minas Gerais, na época o maior colégio eleitoral do país, onde se encontrava uma conjuntura própria à prática política, como abordado anteriormente.

Era preciso, então, aliar-se às elites locais. Recuperado, Antônio Carlos se casa com Adelaide Lima Duarte, irmã do médico que lhe indicou o tratamento, “assumindo a posse da fazenda da Borda do Campo e recebendo o Sobrado em Barbacena como dote do matrimônio” (PEREIRA FARIA, 1998, apud Ladeira, 2009, p.13).

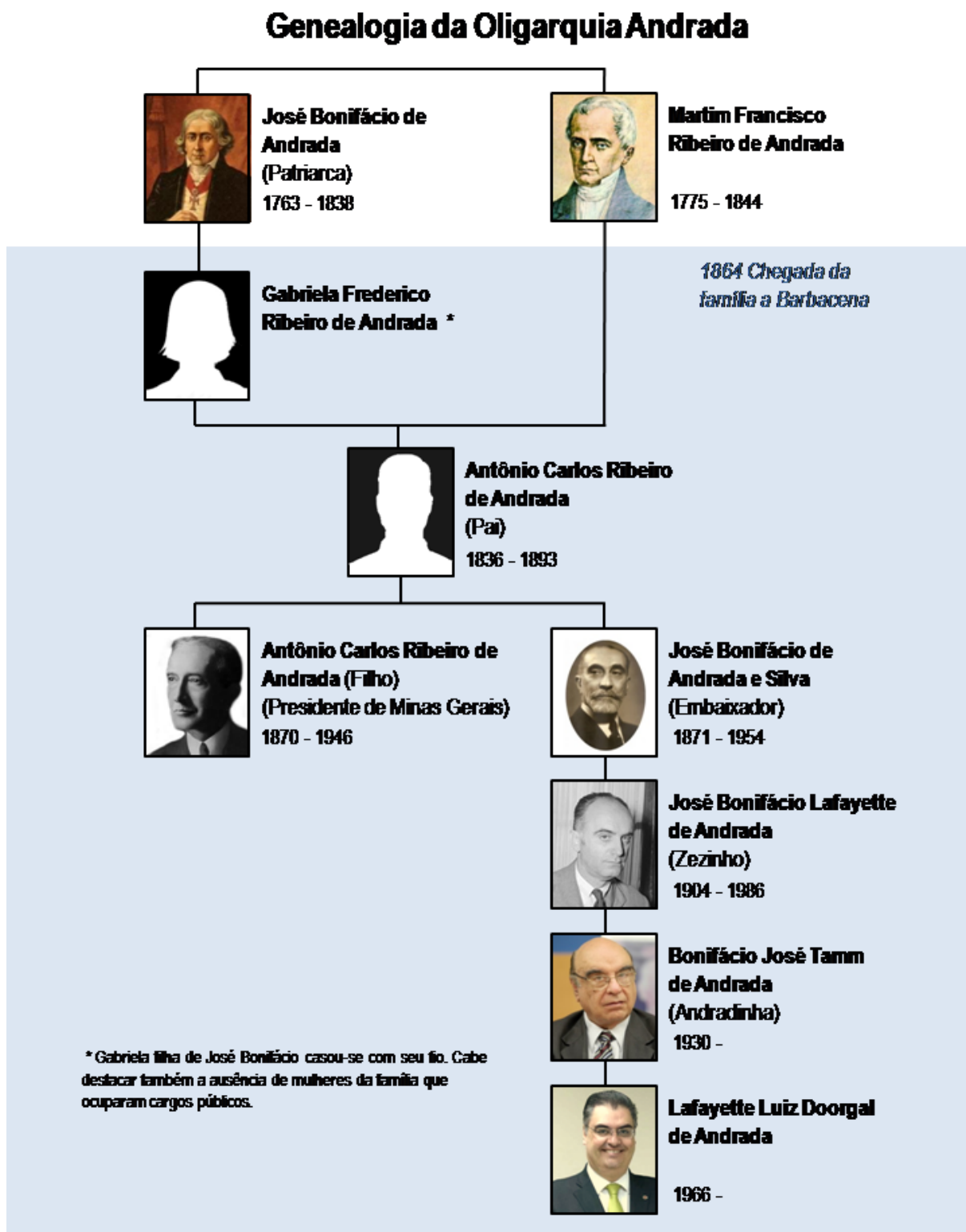
Por meio do casamento com uma integrante de uma tradicional família de Barbacena, Antônio Carlos já se locomove para a cidade, realizando uma aliança estratégica com uma oligarquia de relevância, pois sua esposa era herdeira direta do inconfidente José Gomes Aires. Materialmente, esse prestígio ilustra-se na propriedade da fazenda Borda do Campo<sup>31</sup> e em um sobrado no centro da cidade, propriedades estas que representam a importância/ influência que a família possuía já na época de sua chegada na cidade. O sobrado conserva uma simbologia especial, que até hoje é de propriedade da família e denominado Solar dos Andradas.

Esse ramo mineiro que se muda para Barbacena torna-se próspero na política local, estadual e nacional. É sobre essa atuação que vamos começar a discutir. Objetivando a mais fácil identificação dos principais integrantes da oligarquia dos Andradas, abaixo segue o organograma dos principais representantes que aturaram na sociedade política do ramo mineiro da família, iniciando a genealogia desde Bonifácio Andrada (dito Patriarca).

---

<sup>31</sup> Propriedade que dá início a colonização oficial da região.

Figura 5- Genealogia da Oligarquia dos Andradas



Elaboração: Resende e Sigaud, 2019.

## 2.4. O período da República Velha

O processo de declínio da Monarquia, a partir de 1870, culmina com a proclamação da república, em 1889 (FAORO, 2003, p.462). A queda do imperador representou a redução de poder central. Esse ponto – de declínio do poder imperial – foi aproveitado pelas oligarquias regionais que lograram um momento de ascensão no bloco de poder. Sem a capacidade do poder central em “arbitrar” as inclinações regionais, o Brasil acaba politicamente dividido entre interesses das diferentes classes dirigentes regionais (MORAES, 2005 b). A experiência da república pode ser resumida como um arranjo de federalismo mais diverso, assim, é importante ressaltar que consideramos como questão econômica central para o término da monarquia o fim da escravidão pois, “a abolição deu-lhe o golpe fatal” (FAORO, 2004, p.624). O resultado político é que a abolição da escravidão, em 1888, acaba por colocar grande parte da oligarquia rural no bloco republicano.

Os grandes aparatos para a atuação na sociedade política no período da república velha foram os partidos republicanos, que se organizavam em torno das oligarquias regionais, inclusive desde a denominação eram divididos entre os Estados. O Partido Republicano Mineiro (PRM) é fundado em 1888, apenas um ano antes da proclamação da república. O fundador do ramo mineiro, Antônio Carlos Ribeiro Andrada, que posteriormente migra para o supracitado partido, que, “Durante o Império, pertenceu ao Partido Liberal e, posteriormente, filiou-se ao movimento republicano.” (MONTEIRO,1994, p.35). Segundo Pereira (1994), o ano da ida de Antônio Carlos (o Senador) para o partido republicano foi 1886.

O primeiro Andradas a viver na região de Barbacena como seus precursores também consegue lograr considerável êxito político:

Pertenceu ao grupo de propagandistas da República em Minas Gerais. No Império, exerceu os cargos de Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Barbacena e Deputado à Assembleia Geral, na 19ª Legislatura (1885) e, na República, de Senador Constituinte Estadual e na 1ª Legislatura (1891-1895) (MONTEIRO,1994 p.35).

A mudança de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (pai) para a região, como já relatado, também foi acompanhada com uma união que consolida na escala local sua influência política, pois ele se casa com uma herdeira direta do Inconfidente



Aires Gomes, e herda a fazenda Borda do Campo, que dará origem à colonização da região.

Mas o primeiro Andrada do ramo mineiro que consegue grandes voos na política estadual<sup>32</sup> é Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (filho):

(Antônio Carlos Ribeiro de Andrada) [...]fez os estudos preparatórios no Colégio Abílio, de Barbacena, e o curso superior na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais em 1891. Como estudante em São Paulo, participou ativamente da propaganda republicana, filiando-se ao Clube Republicano Mineiro e ao Clube Republicano Acadêmico, colaborando também no jornal propagandista *Vinte e Um de Abril*. (MONTEIRO,1994 p.32).

Antônio Carlos foi um político que se envolveu muito ativamente com as questões mais importantes do início da década de 1920. A centralidade econômica do café no período é inegável e ele, partindo dessa premissa, tentou atuar para que Minas Gerais recuperasse seu protagonismo econômico:

No Senado Mineiro foi Relator do Orçamento Público e membro da Comissão de Finanças. Durante esse mandato, apresentou projeto instituindo sobretaxa a ser cobrada sobre o café exportado, visando à formação de um fundo destinado a financiar a modernização dessa cultura em Minas Gerais. Julgava ele que a supremacia paulista na Federação Brasileira derivava, em grande parte, da riqueza gerada por um produto de exportação de qualidade superior, com o qual o produto mineiro dificilmente competiria (MONTEIRO,1994 p.33).

O outro filho do fundador do ramo mineiro dos Andradas, conhecido como Senador dos Andradas, foi José Bonifácio de Andrada e Silva (diplomata). Esse período em que os primeiros Andradas se locomoveu e os acontecimentos da república precisa ser examinado.

De modo genérico, podemos analisar que a república velha entrou para a historiografia como a república do café com leite, tamanho foi a consolidação do bloco de poder que as classes dirigentes paulistas e mineiras construíram em âmbito nacional. Mas a república velha foi também a experiência mais federalista do Brasil. Representa, do ponto de vista geopolítico, uma vitória das frações regionais que, desde o fim do período regencial estavam aliadas, mas de maneira subordinada ao poder central. (MORAES, 2005 b).

## 2.5. A modernização e sua necessidade

O padrão de acumulação capitalista mundial modifica-se com a Revolução Industrial, aumentando a necessidade de exportação de capitais, passando a exigir, mesmo nos territórios periféricos, uma maior industrialização. Nesse contexto, as classes dirigentes do país também vão paulatinamente e de maneira não monolítica percebendo a necessidade de adaptarem-se. Concomitantemente, modificam-se também as exigências de acumulação, pressionando, e de certa forma impondo, o fim do trabalho escravo<sup>33</sup>.

É nesse contexto, do final do Século XIX e início do século XX, que se iniciam algumas tentativas de “modernizar” o país. O capitalismo mundial encontrava-se em uma fase que necessitava de incremento na estrutura de vários países da periferia mundial. Em particular, esse era o caso do centro do capitalismo de então, a Inglaterra, que começava a exportar ferrovias para o mundo.

Em consonância, a região de Barbacena inseria-se nesse processo, tendo também um forte aumento na estrutura, dinamizando o desenvolvimento das forças produtivas na escala regional e microrregional. Isso posto, destacamos a atuação pioneira de Mariano Procópio Ferreira, propondo e articulando a construção da estrada de ferro, ligando o Rio de Janeiro a Juiz de Fora, mas já com perspectivas de ampliação. Esse aumento da ferrovia de fato aconteceu e, em 1890, Barbacena já se ligava via ferrovia à capital Rio de Janeiro.

Além da construção de vias de fluxo para aumentar e escoar melhor a produção regional para os centros consumidores ou para a exportação, as classes dirigentes, no início do Século XX, sentem a necessidade de modernizar também as forças produtivas na agropecuária, no estado de Minas Gerais e na microrregião de Barbacena. Nesse sentido, faz parte da primeira fase da movimentação política da classe dirigente mineira investir em um projeto que contemplasse uma atividade agropecuária mais diversificada (DULCI,1999). No estado, várias ações foram realizadas nesse período, visando formar quadros e instituições que pudessem subsidiar essa modernização agrícola, como a UFLA (1908) e a UFV (1922). É ainda nesse contexto que se funda o ginásio mineiro na cidade da Barbacena.

---

<sup>33</sup> A proibição do tráfico de escravos no atlântico pela Inglaterra demonstra uma clara imposição do polo mais dinâmico da acumulação do capital, em relação a qual era novo padrão econômico (imposto) para o resto do mundo.

**Figura 6- Parque externo no entorno do AA de Barbacena - Acervo da Instituição (s/d).**



Fonte: Cimino, 2013.

Esse quadro, que podemos chamar de bases para a modernização do capitalismo brasileiro, a qual se inicia no final do Século XIX e início do XX, não abarca o território de maneira homogênea, intensificando a desigualdade entre os arranjos espaciais: uns com alto desenvolvimento das forças produtivas, relegando a outros a estagnação ou até a regressão econômica.

Essas são as bases territoriais nas quais os estados brasileiros buscam sua “modernização” e uma maior expressão nacional, bases estas que vão permitir um maior ou menor desenvolvimento das forças produtivas, já encontradas desigualmente distribuídas pelo território.

Cabe, neste momento, relatarmos um pouco mais a situação de desigualdade em que se encontrava o Estado de Minas em relação ao país. O desenvolvimento desigual fez com que, no final do século XIX, o estado Mineiro se encontrasse com menor dinamicidade econômica que outros estados do Brasil (VISCARDI, 2006), conforme podemos observar nos dados sobre a produção industrial:

**Tabela 1. Produção industrial por Estado (1907 e 1920)**

<b>Estado</b>	<b>Percentuais em 1907</b>	<b>Percentuais em 1920</b>	<b>Média dos dois períodos</b>
Rio de Janeiro	32,44	28,20	30,32
São Paulo	16,11	31,50	23,80
Rio Grande do Sul	10,35	11,00	10,67
Pernambuco	7,99	6,80	7,39
Minas Gerais	6,53	5,50	6,01
Bahia	6,60	2,80	4,7
<b>Média</b>	<b>80,00</b>	<b>85,80</b>	<b>82,90</b>

Fonte: CARONE, Edgar. A República Velha: instituições e classes sociais. São Paulo: Difel, 1975; JOBIM, José. Brazil in the making. New York: The Macmillan Company. 1943. p. 96. *Apud* (VISCARDI, 2006)

Mesmo representando apenas 5,5 % da produção industrial brasileira em 1920, as classes dirigentes mineiras conseguiam, nesse mesmo período, ocupar boas posições na sociedade política nacional. Novamente, Viscari (2006) nos permite acessar dados sobre as posições da fração mineira na sociedade política nacional:

**Tabela 2. Percentual de crescimento de representação parlamentar dos Estados na transição do Império para a República**

	<b>Número de Deputados / Império</b>	<b>%</b>	<b>Número de deputados/ República</b>	<b>%</b>	<b>Relação Império/ República</b>
<b>São Paulo</b>	<b>9</b>	<b>7,37</b>	<b>22</b>	<b>10,52</b>	<b>+ 3,15</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>6</b>	<b>4,91</b>	<b>16</b>	<b>7,65</b>	<b>+ 2,74</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>20</b>	<b>16,39</b>	<b>37</b>	<b>17,7</b>	<b>+ 1,31</b>
Bahia	14	11,47	22	10,52	- 0,95
Rio de Janeiro	12	9,83	17	8,13	- 1,7
Pernambuco	13	10,65	17	8,13	- 2,52
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>60,62</b>	<b>131</b>	<b>60,65</b>	<b>+ 2,03</b>

Fontes: PEREIRA VIERA, Evantina Economia cafeeira e processo: transformações na população eleitoral da zona da mata mineira(1850-1889) Dissertação (Mestrado) – UFPR, Curitiba, 1978, anexo 1; e ABRANCHES, Dunshee. Governos e congressos da república 1889-1917. Rio de Janeiro: 1918. V.1. *Apud* Viscardi, 2006.

**Tabela 3. Ocupação de cargos ministeriais por Estado**

<b>Estado</b>	<b>Índices de ocupação geral (%) (a)</b>	<b>Índices de ocupação nos três ministérios mais importantes (%) (b)</b>	<b>Média entre colunas a e b</b>
Minas Gerais	28,73	23,14	<b>25,94</b>
Rio Grande do Sul	20,69	16,65	<b>18,67</b>
São Paulo	21,39	14,00	<b>17,7</b>
Bahia	18,85	10,55	<b>14,7</b>
Pernambuco	12,33	8,2	<b>10,27</b>
Rio de Janeiro	11,16	5,92	<b>8,54</b>

Fonte: LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho. São Paulo: Perspectiva, 1975. P. 130. VISCARDI, 2006

Essa alta representatividade política mineiro possui um argumento lógico, pois o estado de Minas Gerais possuía a maior população do país:

**Tabela 4. População recenseada dos seis maiores Estados (1910-1930)**

<b>Estado</b>	<b>1910-1916</b>	<b>Percentual nacional</b>	<b>1917-1923</b>	<b>Percentual nacional</b>	<b>1924-1930</b>	<b>Percentual nacional</b>
MG	5.242.397	19,57	6.122.363	19,08	6.880.942	18,64
SP	3.896.618	14,54	4.855.353	15,13	5.748.074	15,57
BA	2.995.754	11,18	3.440.398	10,72	3.845.997	10,42
RS	1.877.160	7,00	2.296.939	7,16	2.679.480	7,25
PE	1.869.649	6,97	2.260.633	7,04	2.611.890	7,07
RJ	2.408.413	8,99	2.844.365	8,86	3.307.996	8,96
<b>Total</b>	<b>19.289.985</b>	<b>68,25</b>	<b>21.920.045</b>	<b>67,99</b>	<b>25.074373</b>	<b>67,91</b>

Para a composição desta tabela, somamos os indicadores do Rio de Janeiro com os do Distrito Federal, (VISCARDI, 2006).

Além da maior população do país, a bancada mineira contava com algo a mais, pois atuava de forma muito coesa na garantia dos interesses do estado, coesão esta muitas vezes garantida pelo discurso da mineiridade, tanto que os deputados eram denominados como “a Carneirada”. A bancada mineira conseguia, na política, manter seus bons posicionamentos na escala federal, não só na assembleia como nos ministérios. (VISCARDI, 2006).

A estagnação econômica relativa, demonstrada aqui pela baixa produção industrial do Estado, era compensada por dois fatores (grande população e atuação coesa), no entanto, as desigualdades regionais percebidas no plano nacional também podiam ser percebidas em uma escala estadual. Em Minas Gerais havia uma grande diversidade econômica e populacional. Do ponto de vista geopolítico, as regiões do Estado estreitavam cada vez mais seus laços econômicos e políticos com

os centros externos, como a zona da mata ao Rio de Janeiro, o Sul de Minas e São Paulo, criando uma situação de forças econômicas centrífugas nas regiões do Estado.

Esses dois problemas, o da estagnação econômica e a tendência da dispersão econômica das regiões do estado mineiro, foram percebidos pela classe dirigente mineira do período. Visando suprir a necessidade de maior integração e a modernização da infraestrutura do território, a classe dirigente mineira decidiu mudar a capital da antiga e decadente Ouro Preto para o centro do Estado, na região próxima de Sabará, chamada de Curral del-Rei<sup>34</sup>:

(...) reconheceram a situação de atraso econômico do estado e foram capazes de convergirem para uma estratégia de “recuperação do tempo perdido”, fazendo com que Minas Gerais fossem precoce na atividade de planejamento da atividade econômica. Em consequência, formou-se uma forte tecnocracia dentro do estado mineiro. (ANDRADE, 2007, p. 147)

Essa mudança de capital teve como fator decisivo a possibilidade da siderurgia no centro do estado e a necessidade de Minas Gerais iniciar um projeto modernizante (MELLO, 2010). Nesse contexto, a oligarquia agroexportadora do sudeste de Minas acaba perdendo, relativamente, seu protagonismo político no estado, porém é preciso levar em conta que até o momento da mudança de sede do Estado, das cinco cidades finalistas para serem a nova capital, três são da região (Barbacena, São João del-Rei e Juiz de Fora). Soma-se a isso o fato de que o agente que determina a mudança de capital em 1893 para a região central do Estado, é a família Bias Fortes, de Barbacena, sendo esta oligarquia relevante no Partido Republicano Mineiro (PRM).

A especialização dos quadros mineiros na atuação na sociedade política é defendida como uma das formas que a classe dirigente deste estado mobiliza para manter-se no poder. O preço é que essa fração mineira fica muito dependente dos postos nacionais e estaduais que ocupa na sociedade política (DULCI, 1999).

Essa polivalência e profissionalização de parcela da classe dirigente mineira na sociedade política resultaram do plano pioneiro de modernização do Estado, proposta esta que consistia na utilização do Estado como indutor do desenvolvimento econômico, e que consegue lograr êxito em trazer maior coesão ao

---

<sup>34</sup> Posteriormente renomeada de Belo Horizonte.

território mineiro. Belo Horizonte representa em escala nacional o que Brasília vai representar 60 anos depois (MELLO, 2010).

A classe dirigente mineira do período da república velha vai compreendendo a necessidade de rearranjo no bloco de poder, entretanto, o processo que se implementa passa por vários momentos e contradições para ser concretizado (DULCI, 1999).

A primeira opção e avaliação do projeto de modernização do Estado foi o de fortalecimento do mercado interno, objetivando a modernização da agricultura em conjunto com a implementação da industrialização do Estado. Para esse intuito, foi fortalecida a construção de escolas Agrícolas pelo Estado, como por exemplo o já existente Colégio Agricultura de Barbacena. Parece-nos, contudo, que a principal iniciativa das classes dirigentes mineiras em modernizar a agricultura, nas primeiras décadas do século XX, foi representado pela a criação da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em 1920. A criação da UFV possuía o objetivo claro e estratégico em trazer para o estado um centro de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia e quadros para modernizar a agricultura (DULCI,1999).

O que ilustramos é que até 1930 o projeto de modernização mineira abarcava a industrialização, mas esse projeto também previa uma diversidade econômica e uma necessidade de diversificação e modernização da agropecuária no Estado (DULCI,1999). É nesse período, início da década de 1920, que o colégio agrícola de Barbacena começa a produzir e a pesquisar a produção de bicho-da-seda, pêssego e outros gêneros “exóticos” à agricultura tradicional do Estado, na tentativa de diversificar a produção agrícola, até então, mais focada na produção de café e na pecuária (CIMINO, 2013).

É nesse contexto que vamos nos aproximando de um momento importante da revolução brasileira, o ano de 1930, sobre o qual debateremos no próximo capítulo.

**Capítulo 3. A revolução passiva e o desenvolvimento econômico na  
microrregião de Barbacena**



### 3.1. Revolução passiva e a “ruptura” de 1930

As tensões sociais no Brasil vão se avolumando no início do Século XX. O bloco histórico configurado na república velha já não conformava todas as classes sociais do país, principalmente setores médios e militares. Essas distensões e conflitos atingem seu nível máximo com o movimento tenentista de 1920, e as tensões agrárias também possuem expressões agudas na região Nordeste (com Canudos e o Cangaço), enquanto a região Sudeste teve sua primeira grande greve, em 1917, na cidade de São Paulo.

Há diferentes interpretações sobre qual seria a motivação da força social principal que iria realizar a contraposição ao bloco de poder da república velha. Uma compreensão é que o estímulo fundamental foi constituído pelos nascentes setores médios – principalmente os militares –, que ainda não tinham espaço na sociedade política (DULCI,1987).

Outra análise aponta que o motivo fundamental para a ruptura com a república velha foi o estamento militar e os problemas de progressão na carreira militar (ANDRADA,1987).

Na nossa perspectiva, corroborando com a primeira tese, a insatisfação dos nascentes setores médios, em uma conjuntura em que as tensões sociais vão se acumulando, gera conflitos em várias regiões do país. No campo e na cidade há o início de um processo de mudanças na sociedade brasileira e o bloco histórico constituído na república velha começa a dar sinais de insuficiência política, fomentando um episódio significativo da revolução passiva no Brasil.

Antes de adentrarmos no caso brasileiro, cabe evidenciar que o pensamento de Gramsci situa uma premissa para o processo de revolução passiva: “nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram encontram lugar para um ulterior movimento progressista” (GRAMSCI, 1984, p.76.). Trazendo tal premissa para a análise do caso brasileiro, em 1930 ainda se colocava o espaço político e econômico para a oligarquia agrária

continuar a se reproduzir, ao mesmo tempo em que essa oligarquia poderia também diversificar seus investimentos e, sem maiores rupturas, conseguir se adaptar a um novo período histórico.

Cabe aqui relatar que, para a conceituação gramsciniana, um fator importante que caracteriza o processo de revolução passiva é o elemento do transformismo. Isto é, esse conceito traz para análise um elemento constitutivo dos processos de revolução passiva, que expressa, ou por meio da cooptação de lideranças de classe, classificado como moleculares – quando em uma escala mais individual – ou pode ser em plano mais coletivo – com uma classe social inteira – como estudado por ele no caso do Americanismo e Fordismo.<sup>35</sup> No nível molecular (mais individual), o transformismo traz necessidade de “decapitação” de lideranças das forças políticas oponentes.

No próximo item, discorreremos um pouco mais sobre a ligação de Antonio Carlos com a oligarquia cafeeira, para observamos, na prática, a necessidade de cooptação e conciliação de interesses, mesmo dentro de um momento de acirrada disputa política.

Como formulado por Gramsci, o processo de revolução passiva se insere nos termos do materialismo dialético:

Isto é, na oposição dialética só a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até atrair para si os chamados representantes da antítese: exatamente nessa formulação consiste a revolução passiva ou revolução restauração. (GRAMSCI, 1984, p. 78)

A necessidade de “modernização” da produção e do Estado brasileiro torna-se uma emergência. As classes dirigentes buscam se organizar objetivando conduzir, mais uma vez, esse processo<sup>36</sup>. O tensionamento com a oligarquia agrária do país teve como momento decisivo a “revolução” de 1930, tendo como principal liderança Getúlio Vargas, por quem emergiu a proposta de modernização do Estado e o projeto de industrialização com envergadura nacional.

Os acontecimentos de 1930 tiveram várias motivações, as quais foram aprofundadas e verticalizadas pela crise de 1929. Podemos mencionadas como principais razões o declínio do bloco histórico dirigido pela oligarquia do “café com

---

<sup>35</sup> Para mais sobre o tema, cf. Maciel (2006).

<sup>36</sup> Mais uma vez, pois a transição anterior da monarquia para a república foi também conduzida pelas mesmas classes dirigentes do país.

leite”<sup>37</sup> e a pressão política dos setores médios expressa particularmente pelos militares (os tenentes). Estes dois fatores somados às tensões populares acabam criando um ambiente fértil para mudanças no equilíbrio político nacional:

Nesse período, o movimento operário levantava a bandeira dos direitos civis e sociais, enquanto as camadas urbanas emergentes lutavam pelo direito uma participação maior na vida política do País. Esses movimentos, que faziam pressão de “baixo para cima”, fizeram com que as oligarquias agrárias dominantes se reorganizassem, costurassem alianças, ligadas à produção para o mercado interno, assumindo o controle da Revolução de 1930 (SOUZA, 2010 p.7).

Essa mudança na política conforma um momento agudo da revolução passiva no Brasil, pois mesmo com a modificação do bloco histórico não houve uma revolução do tipo jacobina, com o rompimento total com a oligarquia agrária, mas uma espécie “rearranjo” das classes dirigentes do Brasil ou, nas palavras de Carlos Nelson Coutinho:

A vitória da Revolução de 1930 possibilitou a constituição de um novo bloco histórico, no qual a fração oligárquica vinculada à agricultura de exportação foi posta numa posição inferior, ao mesmo tempo em que tentava “cooptar” a ala moderada da liderança político militar das camadas médias (os tenentes). (COUTINHO apud SOUSA, 2010, p. 8)

Um elemento fundamental para a adesão e coesão de setores da oligarquia agrária ao novo bloco de poder foi a questão da propriedade da terra (DULCI, 1986, LEAL, 1986, MOREIRA, 1989). Esta não foi contestada de maneira mais enfática em nenhum dos processos da revolução passiva brasileira, sendo sempre um ponto nevrálgico para justificar o apoio da oligarquia agrária ao bloco de poder, ou quando poderia ser questionada, como no plano de João Goulart, foram feitas modificações bruscas na sociedade política, mantendo-se, com isso, a propriedade agrária intocável.

### **3.2. A atuação dos Andradas no processo Revolução de 1930**

Como presidente de Minas Gerais, a gestão de Antônio Carlos foi marcada por certa visão progressista para o período, como, por exemplo, “a instituição do

---

<sup>37</sup>A oligarquia, como a própria denominação nos informa, tinha uma hegemonia na direção política dos representantes dos Estados de Minas Gerais e São Paulo.

voto secreto nas eleições estaduais e municipais, e a reforma do ensino primário e normal, dirigida por Francisco Campos e inspirada no movimento da Escola Nova, e a criação da Universidade de Minas Gerais.” (LADEIRA, 2009 p.64)

Analisando os discursos e entrevistas de Antonio Carlos durante o período de 1929-30, nota-se que essas ações (instituição de universidade e do voto secreto) estão inspiradas em certas premissas do pensamento iluminista<sup>38</sup>, além do conceito de desenvolvimento econômico no período estar vinculado ao progresso por meio da educação. (DULCI, 1999).

Apesar de certas ações de caráter “progressista”, o viés conservador também é nítido em seus discursos, pois ele faz questão de tornar público que seu objetivo político não é afrontar diretamente os interesses da oligarquia cafeeira:

Em consequência dos planos dessa acertada política de defesa, fiz construir importantes armazéns criei o instituto da café, dotando-o das prerrogativas necessárias ao desempenho satisfatório dos seus fins e confiando sua direção a interessados imediatos na lavoura e no commercio” [SIC] (ANTONIO CARLOS 1930, p.12)

Antonio Carlos deixa claro que sua intenção não era de rompimento drástico com a cultura econômica e política do café, tanto que esse tema é reafirmado por ele em diversas oportunidades: “Só por exploração eleitoral – principiou o Sr Antonio Carlos – se poderá dizer que o Dr. Getulio Vargas, na presidência da republica se desinteressará da política defensora dos preços do Café” (entrevista ao Diário nacional agosto de 1929 CARLOS, p.44).

Essas declarações acabam por rebater a tese defendida por Bonifácio José Tamm de Andrada (1987), dito Andradinha, que situa que o apoio de Antonio Carlos Andrada ao projeto de Getúlio era motivado pela vinculação orgânica do próprio Antonio Carlos com a burguesia industrial de Juiz de Fora, pois, por mais que este possuísse ligações sólidas com a burguesia industrial de Juiz de Fora, defendia sua vinculação aos interesses do café na região.

Ao contrario desse falso supposto, eu sempre fui defensor fervoroso dos grandes interreses invertidos na lavora cafeeira, dos quaes pude ter conhecimento ter sempre conhecimento direto, visto haver decorrido a mór

---

<sup>38</sup>Cabe citar que Antonio Carlos, em seus discursos e entrevistas, no ano de 1930, demonstra em vários momentos suas inspirações no pensamento iluminista, como quando inaugura a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e faz uma apologia à razão e ao papel da educação, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, reivindica a religião católica como característica a ser preservada na população mineira.

parte da minha vida na zona da mata mineira, precisamente o mais importante centro de tal cultura, no Estado de Minas [SIC] (CARLOS, 1930, p. 45)

É evidente que o trecho acima tem que ser colocado em contexto, pois foi dito com o objetivo de se defender das afirmações de que ele representaria uma ruptura aos interesses da oligarquia cafeeira. Entretanto, fatos como a criação do instituto do café mineiro e a necessidade de afirmar que não representaria interesses disruptivos já comprovam que suas ações não eram antagônicas aos interesses da oligarquia do café.

Outro elemento a que Antonio Carlos se refere constantemente, e de maneira um pouco mais enfática durante seus discursos, entrevistas e cartas é a crítica ao regionalismo de São Paulo e de sua classe dirigente. Esse político aponta que para construir um projeto nacional seria preciso superar o domínio restrito de São Paulo (CARLOS, 1930).

Durante os acontecimentos de 1929 e 1930, vivíamos momentos de tensão no país e no estado<sup>39</sup>, todavia, em vários momentos durante seus discursos e entrevistas Antonio Carlos deixa claro que um dos seus interesses principais era evitar uma revolução no Brasil: “O exemplo da Argentina e do Uruguay, que no aperfeiçoamento do aparelho eleitoral, encontraram o processo seguro **de extinguir os episódios revolucionários**, foi e é a fonte onde a esse respeito me tenho inspirado [SIC]” (ANTONIO CARLOS, 1930, p. 54 grifo nosso).

Outro aspecto da atuação de Antonio Carlos é que o desenvolvimento econômico não é apenas a indústria. O comércio e a lavoura também ocupam um lugar de destaque nos seus discursos, de modo a assegurar um projeto de desenvolvimento mais diverso para a agricultura, e que parte da oligarquia mineira defendia para o Estado nesse período (CARLOS, 1930).

As atividades dos Andradas nos episódios de 1930 demonstram o papel importante que tiveram para estabelecer um novo bloco histórico e, nesse processo de inovação de bloco histórico, fica evidente a preocupação em não deixar a situação “sair do controle”, objetivando sempre que as classes populares ficassem de fora da direção dos processos em curso, “quer dizer, [estávamos diante de] um

---

<sup>39</sup> Houve incidentes e conflitos armados entre as forças políticas no Estado de Minas Gerais. Em Montes Claros, com tiroteio e mortes. Em Belo Horizonte, com a emboscada e tiroteio, além de conflitos em Paraisópolis, também no ano de 1930 (CARLOS, 1930). Cabe frisar que Antonio Carlos Andrada mantinha comunicação com os adversários em todos esses episódios.

processo de transformação que excluiu a participação das forças democráticas e populares no novo bloco de poder” (COUTINHO, 1981 p.54).

A criação do novo bloco de poder também teve desdobramento para a política microrregional, onde acontece a cisão política entre os proeminentes Andradas com a outra oligarquia da região, os Bias Fortes (LADEIRA,2009).

A formatação da oposição ao bloco de poder da república velha foi precedida pelo movimento político da Aliança Liberal, que veio a constituir-se como o principal movimento de apoio as forças de Getúlio. Nesse sentido,

Durante o governo de Washington Luís foi rompida a política do “café com leite”, em que as oligarquias paulista e mineira se revezavam na chefia da nação. Em vez de indicar o governador mineiro Antônio Carlos, como era de se esperar, foi imposta a candidatura de Júlio Prestes, com o propósito de continuar a política econômico-financeira adotada pelo governo, que não teve dificuldades para vencer o pleito de 1930. Traído por seus partidários, Antônio Carlos foi um dos mentores da Aliança Liberal, embrião do movimento revolucionário que conduziria Getúlio Vargas ao poder (LADEIRA, 2009 p.64).

Os Andradas foram membros muito ativos das forças que levaram Getúlio ao poder em 1930, já que Antônio Carlos e seu irmão José Bonifácio de Andrada e Silva (Embaixador) foram lideranças e precursores da aliança liberal (LADEIRA, 2009; DULCI, 1986). Na visão de Goes Monteiro:

No entanto, a adesão de Antônio Carlos à Aliança Liberal já denotava seu comprometimento com um programa político inovador e mais democratizante, cuja realização provocaria certamente o enfraquecimento do poder das oligarquias tradicionais que dominavam a política nos Estados. Se, por um lado, aceitava a necessidade de mudanças no sistema político vigente, Antônio Carlos continuou sempre partidário da autonomia estadual e de um tipo de ordem constitucional que limitasse os poderes do Governo Federal. (GOES MONTEIRO,1994 p.38).

A versão de Goes Monteiro (1994), de colocar os motivos da criação da Aliança Liberal como uma prova de vinculação a aspirações mais democratizantes deve ser limitada pela contradição que se expressa na questão da propriedade da terra, pois, não é encontrada nenhuma menção sequer à reforma agrária, que poderia ser o fundamento para uma base econômica efetivamente democrática no país, nos discursos e cartas proferidos por Antonio Carlos entre os anos de 1929-30.

Em um primeiro momento, Antônio Carlos, na presidência de Minas, e seu irmão, o Embaixador, foram apoiadores ativos de Getúlio Vargas, sendo

construtores e principais agitadores da Aliança Liberal em Minas, no início do período Vargasista, durante os conflitos de 1932<sup>40</sup>. O filho do Embaixador (dito Zezinho) foi deslocado do gabinete de seu tio Antônio Carlos para Barbacena para ser o chefe civil das forças armadas que apoiavam Getúlio (PEREIRA,1994).

Zezinho Andrada pega em armas para defender o governo Getúlio Vargas e, posteriormente, é nomeado prefeito da cidade de Barbacena.

**Figura 7- Fotografia de Zezinho Bonifácio 1932. (de branco o terceiro da esquerda para direita na fileira inferior)**



**Fonte-** s/d apud PEREIRA 1994

A tese defendida por Andrada (1987) e outros é que o apoio de Antônio Carlos à revolução de 30 deu-se pela ligação entre Antônio Carlos e a burguesia industrial mineira, localizada principalmente em Juiz de Fora.

Em nossa interpretação, esse apoio conta também com outra motivação, além da relação com a burguesia industrial da Zona da Mata. Antônio Carlos, como um homem bem integrado com as questões do seu tempo, percebe o momento de esgotamento da república velha, além da própria disputa política pela sucessão pós Washington Luiz, que acarretava em perigos de novas classes sociais ascenderem

---

<sup>40</sup>Referimo-nos, aqui, à guerra dos paulistas contra as forças do governo federal.

na política de maneira imprevisível. Confirmando o perfil conservador das nossas classes dirigentes.

### **3.3. O novo bloco histórico e a estagnação relativa na microrregião**

Com a vitória de Getúlio e a implementação de suas políticas de cunho industrializante, o Estado brasileiro amplia-se tanto em termos gramscianos, como em números absolutos, pois: “O novo Estado que se forma apresenta forte contraste com o anterior eminente liberal (...) a incorporação de setores médios e operários” (DULCI, 1986, p.25).

A nova organização do Estado brasileiro pós-1930, além de modernizar a economia, implementando um programa industrializante, acaba cumprindo a necessidade de incorporação na sociedade política e na sociedade civil de alguns interesses de novos setores da sociedade brasileira, principalmente setores médios e operários<sup>41</sup>.

O que aconteceu no transcurso da revolução passiva foi um “acordo pelo alto”, que garantiu as mudanças necessárias para a modernização do Estado brasileiro. Entretanto, do ponto de vista das classes dirigentes, era preciso garantir que nesse momento da revolução passiva as classes populares fossem isoladas e antecipadas no processo de mudanças sociais, devido aos riscos desta se constituir como parte da direção do processo, tirando a situação de controle daquela.

Essas mudanças não acontecem sem uma forte resistência de outros setores da oligarquia agrária do país, principalmente a da região de São Paulo, que em 1932 declara uma ofensiva militar ao governo de Getúlio. Vencida a resistência paulista é acordado o novo pacto que irá reger o desenvolvimento nacional.

Posteriormente aos acontecimentos de 1932, em 1937, ocorre a implementação do Estado Novo no Brasil, episódio cheio de nuances e contradições<sup>42</sup>. Se no primeiro momento Antônio Carlos foi uma figura primordial na execução de um projeto modernizante para Brasil – tanto que assume o cargo de presidente da câmara dos deputados em 1934 – demonstrando seu apoio ao

---

<sup>41</sup>Como a Consolidação das leis de trabalho (CLT) e instituição do salário mínimo.

<sup>42</sup>Para interessados nos acontecimentos políticos da instalação do estado novo, indica-se Camargo (1989)



governo de Getúlio, nos acontecimentos Pré-Estado Novo, Antonio Carlos vai sendo isolado na política (PEREIRA,1989). Isso se deve ao fato de sua atuação acaba por constituir um entrave à continuidade de Vargas no poder, já que devido ao seu prestígio político nacional era preciso, para Vargas, isolar Antônio Carlos para lograr implementar o Estado novo (CAMARGO, 1989).

Entretanto, no período pós-1937, os Andradas acabam “mudando de lado” e vão agora construir a oposição a Getúlio, movimentação<sup>43</sup> que tem como marco oficial o documento que ficou conhecido como Manifesto dos Mineiros de 1943, do qual o sobrinho de Antônio Carlos – que nessa época já estava definitivamente afastado da política oficial –, José Lafayette de Andrada (dito Zezinho), é um dos signatários, apesar de não ter conseguido assinar a primeira versão (MONTEIRO,1994). Ademais, José Lafayette de Andrada segue para o mais feroz partido de oposição a Getúlio e a todas correntes do trabalhismo, a UDN (DULCI,1986).

Os primeiros sinais de mudança na política mineira indicando o isolamento de Antônio Carlos surgiram em fevereiro de 1936, quando se verificou a aproximação de alguns elementos do PRM de Bernardes com PP de Valadares(...) mas se para Vargas e Valadares interessava neutralização do PRM enquanto oposição, tanto ao nível estadual quanto federal, mais importante ainda era a desarticulação de Antônio Carlos, forte candidato a sucessão de Getúlio.(CAMARGO, 1989 p.106).

No decurso da revolução passiva, por mais que tenha levado a um rearranjo no bloco histórico, com avanços nos direitos e na participação popular, elevando a novos patamares o viés da inovação, o processo também carrega dialeticamente um caráter de conservação<sup>44</sup>. Nessa perspectiva, os Andradas, durante a consolidação do Estado Novo, rompem com Getúlio no plano federal (em 1937), fato este que acaba colocando a família a viver momentos de dificuldade política, pois estavam sem um cargo eletivo. Antônio Carlos havia saído da cena política, e seu sobrinho ido para a oposição de Getúlio. Como consequência, os Andradas viram seus adversários políticos assumirem cargos no executivo estadual (PEREIRA,1994).

Sua adesão consistente a esses valores do liberalismo clássico explicam, em boa medida, as razões da necessidade de seu afastamento da

---

<sup>43</sup>A autora Pereira (1994) coloca que a perda de apoio de Antonio Carlos para Getulio, deveria a defesa de valores liberais, que os acontecimentos pré Estado novo não contemplariam.

<sup>44</sup>Conservação, pois em vários momentos da instalação do Estado novo foram tomadas medidas para isolar e combater a classe trabalhadora e seu principal instrumento político no período o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para interessados, indicamos a leitura de Dulci,1986.

Presidência da Câmara dos Deputados, em maio de 1937, durante os preparativos do golpe que implantou o Estado Novo, afastamento esse articulado por Getúlio Vargas e pelo Governador Benedito Valadares. Por essa época, Antônio Carlos apoiava a União Democrática Brasileira - UDB -, cujo candidato à sucessão de Getúlio Vargas, o paulista Armando de Sales Oliveira, [...] (GOES MONTEIRO, 1994 p.38)

Em paralelo às mudanças no apoio ao projeto Getulista, enquanto os Andradas saem da base de apoio e vão para a oposição, os Bias Fortes fazem o movimento reverso, e a microrregião vai experienciando um novo momento político, muito diferente do protagonismo vivenciado no período anterior com o arranjo espacial da república do café com leite.

As mudanças proporcionadas por Getúlio Vargas foram fundamentais para entendermos a atual configuração de Minas Gerais. Essas mudanças sociais, econômicas e políticas que se iniciaram em 1930 também tiveram desdobramentos importantes para entendermos as alterações da microrregião de Barbacena, que de 4ª maior cidade do estado, no início do século XX, passa para a 19ª em 2016 (PEREIRA, 1994; IBGE, 2016).

À medida que o plano de urbanização e industrialização da região de Barbacena vai perdendo relativamente o dinamismo econômico, gradualmente o centro dinâmico do Estado de Minas vai se transferindo para outras regiões, principalmente para a região central do Estado, em Belo Horizonte, para a região do Sul de Minas e para a região do Triângulo mineiro.

As mudanças modernizadoras mais intensas foram verificadas principalmente nos municípios que já representavam centralidades históricas, mas também em outros, cujas polarizações decorrentes dos processos de reestruturação assistidos no período analisado permitiram que se tornassem importantes entrepostos comerciais, capazes de atrair população e centralizar serviços de toda ordem. O crescimento de São Paulo, a fundação de Brasília, a criação do parque siderúrgico do Vale do Aço e a metropolização de Belo Horizonte foram os principais balizadores destas polarizações.

Ficaram evidentes também os laços entre a modernização da indústria mineira e a concentração urbano-econômica. Aqueles municípios que foram alvo específico de estruturas planejadas pelo Estado – sobretudo os que já representavam centralidades –, ou que foram capazes de lançar suas próprias bases para a industrialização (seja via fornecimento de infraestrutura básica, incentivos fiscais e/ou locacionais). (COSTA, 2015, p. 180)

Como elementos que contribuíram para perda relativa da importância econômica de Barbacena, com base nos estudos de Costa (2015) e Santos (2017), destacamos:

- 1- O desenvolvimento da siderurgia na região central do Estado: a Mudança de capital do Estado para região de Belo horizonte em consonância com a localização privilegiada causada pela localização do quadrilátero ferrífero tornou essa região paulatinamente o centro geopolítico do Estado.
- 2- A opção rodoviária mineira: no desenvolvimento de rodovias em interligação do território em meados do século XX expandiam-se as opções de abastecimento, além de que facilitava e dinamizava o comércio no Estado, ampliando as possibilidades de abastecimento em relação à opção ferroviária anterior.
- 3- A fundação de Brasília: a mudança de Capital do Rio de Janeiro para Brasília alterou significativamente os fluxos políticos e econômicos, favorecendo o desenvolvimento da região do triangulo mineiro, principalmente por meio da pecuária.
- 4- O modal rodoviário e desenvolvimento econômico-industrial de São Paulo e a nova centralidade no Estado de Minas favorece o desenvolvimento da região Sul mineira, principalmente a das cidades próximas a Fernão Dias como Varginha, Pouso Alegre e Passos.

Esses elementos destacados não são os únicos e não podem ser considerados de maneira isolada, mas certamente foram fatores que contribuíram de modo significativo para a diminuição relativa da importância do arranjo espacial de Barbacena.

Nesta análise sintética, pudemos visualizar quais foram os elementos principais que levaram às modificações da microrregião de Barbacena e como esta se inseriu no processo de modernização do Estado. Tratam-se de alterações que se iniciam como projeto no princípio do Século XX<sup>45</sup>, e vão se desenrolando até a década de 1970.

---

<sup>45</sup>Tomando como parâmetro o congresso de indústria e agricultura de 1903. Para mais informações e detalhes sobre o projeto de desenvolvimento e modificações através da história indica-se DULCI, 1999.

Esse programa de desenvolvimento passa por diferentes momentos e sofre alterações ao longo do tempo. Se na primeira etapa (até a década de 1930), esse projeto visava uma modernização mais voltada ao mercado interno estadual e a diversificação da produção agrícola em conjunto com a industrialização<sup>46</sup>, com a vitória do projeto industrializante na escala nacional, foi preciso que a classe dirigente mineira alterasse seu plano. A alta industrialização de São Paulo acaba impondo uma força centrípeta aos outros Estados da federação, forçando a busca das classes dirigente mineiras por uma estratégia alternativa para sua própria industrialização.

Um marco que simboliza essa alteração do projeto de industrialização de Minas Gerais foi a vitória de Juscelino Kubitschek (em 1951). Com ela, a perspectiva de desenvolvimento do Estado (que antes era mais ampla), passa por uma certa especialização. A visão de Juscelino era a de que para atingir a industrialização em Minas Gerais seria preciso que o Estado focasse no binômio estrada e energia – é desse período a criação da CEMIG e do DER-MG<sup>47</sup> –, componentes que impulsionaram fortemente o desenvolvimento do Estado e deram a sustentação estrutural para a industrialização mineira. Esses elementos desembocam em uma modernização que se especializa principalmente em siderurgia e bens pesados, possibilitando que finalmente a industrialização mineira torne-se exitosa nas décadas de 1960 e 1970. (DULCI, 1999)

Conforme já relatamos, o desdobramento político desse processo de modernização de Minas Gerais acaba privilegiando o desenvolvimento econômico e político de outras regiões desse estado em detrimento da microrregião de Barbacena.

À medida que o novo bloco histórico se consolida e o projeto mineiro vai se especializando em torno da siderurgia (MELLO, 2010) e da energia no nível estadual, os fatores já mencionados contribuem significativamente para a estagnação econômica relativa da microrregião de Barbacena, pois não contemplam com maior ênfase o desenvolvimento da diversidade da produção agrícola voltada para o mercado interno.

---

<sup>46</sup> Principal marco foi a cidade industrial de Contagem, em 1941.

<sup>47</sup> A instituição estadual mais autônoma para cuidar das estradas, é fundada em 1946, no entanto Juscelino eleva a outro patamar de investimentos e o órgão.

### 3.4. A estagnação relativa e o novo representante da Oligarquia

A mudança do bloco histórico que desloca a oligarquia cafeeira do centro do bloco de poder, em Minas, acaba coincidindo também com as modificações no projeto de industrialização para o Estado (DELGADO, 1997). Esse programa visava alicerçar o desenvolvimento industrial em um projeto econômico que contemplaria também a diversidade da produção agropecuária, e no incentivo do mercado interno (DULCI, 1999).

Como vimos no item anterior, conforme o Estado de Minas Gerais vai se inserindo no processo de modernização, a microrregião de Barbacena vai paulatinamente se encaminhando para uma situação de relativa estagnação econômica.

A estagnação de Barbacena é relativa, pois a cidade conseguiu crescer economicamente e apresenta um quadro demográfico positivo no período (1990-2010), no entanto, quando comparado a outras regiões do Estado, esse crescimento demonstra-se menos expressivo:

**Tabela 5. População de Barbacena 1980-2010**

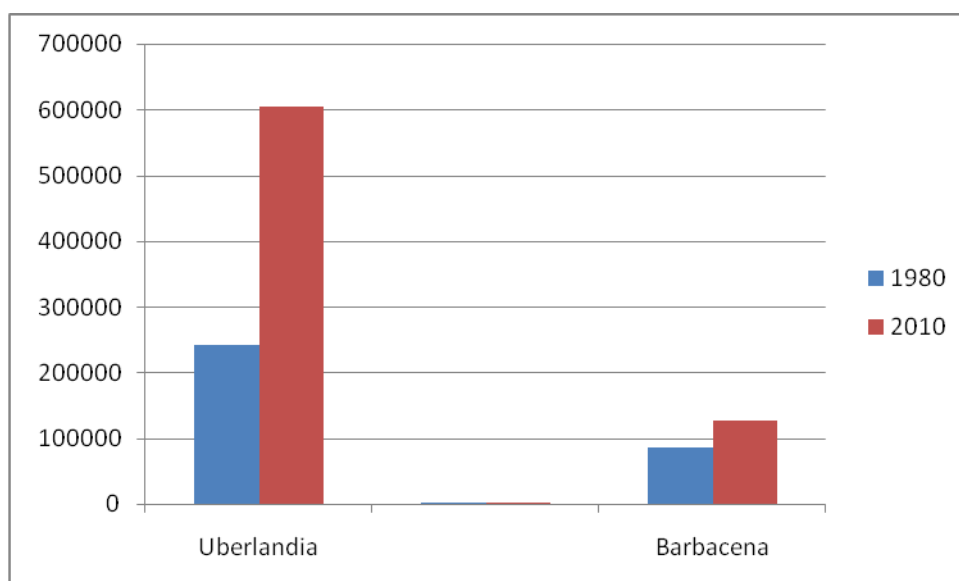
População – Barbacena/MG

1980 População residente	86.391
1991 População residente	98.621
2000 População residente	114.126
2010 População residente	126. 284

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas - DPE. Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.

A título de comparação, Uberlândia (cidade localizada no Triângulo Mineiro) apresentou, no mesmo período (de 1980 a 2010), um crescimento demográfico de 240.961, em 1980, para 604.013, em 2010 (dados IBGE), apresentando um crescimento de 251%, enquanto Barbacena cresceu 146% no mesmo período:

**Figura 8 – Gráfico comparativo crescimento populacional Uberlândia x Barbacena**



Fonte- Dados IBGE, elaboração: Sigaud, 2019.

Os gráficos ilustram a diferença de crescimento entre as duas cidades e, em números absolutos, a diferença do incremento da população de Uberlândia foi 911% maior do que a de Barbacena no mesmo período, demonstrando o polo dinâmico que se torna o Triângulo Mineiro e a relativa estagnação econômica da cidade.<sup>48</sup>

Embora a microrregião tenha estagnado economicamente, foram realizadas ações objetivando se contraporem à tendência de retrocesso econômico, como a inauguração Escola Preparatória de Cadetes do AR (EPCAR), em 1949, e a instalação de uma siderurgia de menor porte, viabilizada por meio do aproveitamento dos fatores locacionais, como a proximidade da matéria prima, devido, em grande parte, à proximidade do chamado quadrilátero ferrífero, e o acesso fácil a uma importante via de circulação, a BR 040, que interliga Belo Horizonte ao Rio de Janeiro.

A tentativa e a busca por uma agricultura diversificada, como vimos no capítulo anterior, remontam desde o início do século XX, principalmente por meio da escola de Aprendizado Agrícola (CIMINO, 2013). Com o passar dos anos, isso acaba proporcionando uma especialização produtiva importante, com o desenvolvimento do plantio de rosas na microrregião. Ainda que com oscilações na

<sup>48</sup> O exemplo de Uberlândia em comparação a Barbacena tem o intuito apenas de exemplificar a utilização do termo estagnação relativa, e a comparação quantitativa desses dois crescimentos demográficos, para interessados nos motivos e detalhes da expansão de Barbacena indica-se: WAGNER, 2006.

produção, Barbacena consegue se desenvolver como a maior produtora de rosas do Estado de Minas Gerais.<sup>49</sup>

No entanto, como já referido, o crescimento de outras regiões do Estado foi bem maior, notadamente na região central, triângulo e sul de Minas (COSTA, 2015).

A industrialização, principalmente ligada à siderurgia no centro do Estado, acaba impondo um ritmo de crescimento mais lento para a microrregião. Com o crescimento da indústria mineira, essa ação se consolida e tem seu ápice na década de 1960 e 1970. Tal industrialização também incluiu a microrregião de Barbacena, só que de maneira periférica, pois só nos anos 1970 o triângulo, a região central, e o sul foram responsáveis por 60% do crescimento urbano no estado (BRITO; HORTA, 2002).

Em paralelo ao processo de modernização regional na década de 1960, a família Andradas continua se desenvolvendo na política, acompanhando esse período que o filho de Zezinho, Bonifácio José Tamm de Andrada (dito Andradinha), entra para a política:

(...) nasceu em Barbacena, MG, a 14 de maio de 1930. Filho de José Bonifácio Lafayette de Andrada\* e Vera Raimunda Tamm de Andrada. Casado com Amália Borges de Andrada. Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro, de Barbacena, no Internato São Vicente de Paulo, de Petrópolis, RJ. e no Colégio Santo Inácio. do Rio de Janeiro, e o superior nas Faculdades de Direito da UMG e da PUC do Rio de Janeiro, bacharelando-se por esta em 1953. Quando estudante foi Secretário-Geral e Presidente do Departamento Estudantil da UDN mineira (1951) e Presidente da União Estadual dos Estudantes (1952) tendo nesta função introduzido o sistema parlamentarista no governo das entidades universitárias de Minas Gerais. Fez parte da representação do Brasil no 10 Congresso Interamericano de Estudantes, realizado no Rio de Janeiro. Frequentou também o curso de Doutorado em Direito Público da Faculdade de Direito da .....(UMG) e, em 1965. seguiu o curso da Associação dos Diplomados da Escola Superior da Guerra - Adesg. (MONTEIRO, 1994, p.36)

Bonifácio José Tamm de Andrada teve sua formação como os outros membros da família, já atuando na sociedade política desde o movimento estudantil, mas sua participação não se limitou apenas ao movimento estudantil:

De 1954 a 1958. exerceu o mandato de Vereador à Câmara Municipal de Barbacena, onde liderou a Bancada da UDN. Deputado Estadual da 4ª à 7ª Legislatura (1959-1975), licenciou-se de 11/8/65 a 30/11/66 para assumir a Secretaria de Estado da Educação. Na Assembléia Legislativa. Desempenhou os cargos de Presidente da Comissão Executiva da

<sup>49</sup> Para interessados, indicamos: Especialização regional produtiva em Barbacena (MG) e municípios vizinhos: o cultivo das rosas, de Webert Tadeu Resende e Márcio Toledo, 2014.

Assembléia (1966). Vice-Líder (1959-1960) e Líder (1961) da UDN, Líder da Arena (1971-1974) e do Governo (1971-1974), Presidente das Comissões Especiais de Aquisição de Obras para a Biblioteca (1965) e de Construção do Palácio da Inconfidência (1966) e da Comissão Diretora do Instituto de Estudos Parlamentares (1969). Vice-Presidente da Comissão de Serviço Público Civil (1960) e membro das Comissões de Agricultura, Indústria e Comércio (1959), de Constituição, Legislação e Justiça (1959, 1962), de Trabalho e Ordem Social (1959, 1967), de Assuntos Municipais e Interestaduais (1964), de Redação (1970) e de Leis Complementares à Constituição (1974), desta tendo sido Relator em 1973. Foi também Relator da Constituição do Estado de Minas Gerais (1967-1969) e Presidente da Comissão de Educação. Na 5ª e na 7ª Legislaturas esteve licenciado para as funções de, respectivamente, Secretário do Interior e Justiça do Governo José de Magalhães Pinto\* (1218/65-3111/66) e Secretário do Interior e Justiça do Governo Antônio Aureliano Chaves de Mendonça\* (1513n5-15/5n8). Deputado Federal para os períodos 1979- 1983 e 1983-1987 foi Vice-Líder da Arena e do PDS, suplente e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, membro das Comissões de Trabalho e Legislação Social e de Relações Exteriores, Vice-Líder do PDS; titular da CPI sobre taxas de juros do Sistema Financeiro da Habitação e da Comissão de Educação e Cultura; membro da CPI sobre o Código Brasileiro do Ar e da CPI sobre a Sunaman e o IAA. Presidente da Comissão Especial de Elaboração do Código Brasileiro do Ar e membro da Comissão Mista de Convocação da Assembléia Nacional Constituinte. (MONTEIRO, 1994, p.36)

Conforme visto na biografia de Bonifácio José Tamm de Andrada, iniciar a trajetória política na esfera municipal e depois encaminhar-se para estadual e federal, é comum na atuação política dessa oligarquia (como seu pai e avó já tinham feito). Além dessa “escalada”, a oligarquia, mesmo que em seus discursos e biografias oficiais se digam defensores dos valores democráticos liberais, tanto “Zezinho” como “Andradinha”, acabaram apoiando desde o início a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), base de sustentação do regime militar, contrariando a tese de Norma de Góis Monteiro (1994) de que essa oligarquia tenha um extremo apego aos valores democráticos liberais burgueses.<sup>50</sup>

Já no período da redemocratização (1975-1989), Bonifácio José Tamm de Andrada continua a atuar dentro da conciliação das forças políticas no país, pois como apoiador do regime militar ele continua sendo participando ativamente da transição lenta, gradual e segura. E inclusive participando como deputado constituinte<sup>51</sup>:

Em 1986, elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para o mandato 1987-1991, tendo sido, na Câmara dos Deputados, titular da Subcomissão do

<sup>50</sup> Interessante notar que na biografia oficial do Zezinho (1994), o apoio ao regime militar é uma parte pouco referida quase omissa de sua biografia.

<sup>51</sup> A atuação de Bonifácio José Tamm de Andrada na redemocratização seria também um interessante objeto par aprofundamento em pesquisas futuras.



Poder Executivo e da Comissão de Redação e suplente da Comissão de Sistematização. Em 1990, foi reeleito Deputado Federal para o quadriênio 1991-1995. Licenciando-se em 1991 para assumir a Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração do Governo Hélio Carvalho Garcia\* Pertenceu à UDN e à Arena, filiando-se, posteriormente, ao PDS, de cuja Comissão Executiva Nacional fez parte. Foi por três anos redator-chefe do Correio da Serra de Barbacena". (MONTEIRO, 1994, p.36)

Com todas essas alterações que passa o Brasil, na ditadura militar e no processo de redemocratização, o país se modifica bastante, e a atuação dos integrantes da oligarquia também se renova nesse processo. Mesmo possuindo vários elementos de continuidade (como a atuação e consolidação de jornais), há novos instrumentos de disputas de hegemonia.

O grande diferencial da atuação de Bonifácio José Tamm de Andrada é a relação que possui com negócios privados. Seus antecessores na família, por mais que estabelecessem negócios e se relacionassem com instituições, não se vinculavam de maneira tão explícita a uma instituição da sociedade civil<sup>52</sup>. Andradinha vinculou-se de forma contundente a uma instituição privada de ensino, criando a Fundação Presidente Antônio Carlos (FUPAC, que depois vem se tornar a UNIPAC). Os negócios particulares precedentes da família Andradas são mais difíceis de serem mapeados, pois nas bibliografias dos integrantes, os negócios familiares são secundarizados ou relatados genericamente como “fazendeiros” e “advogados”, sendo isso por vezes até omitido:

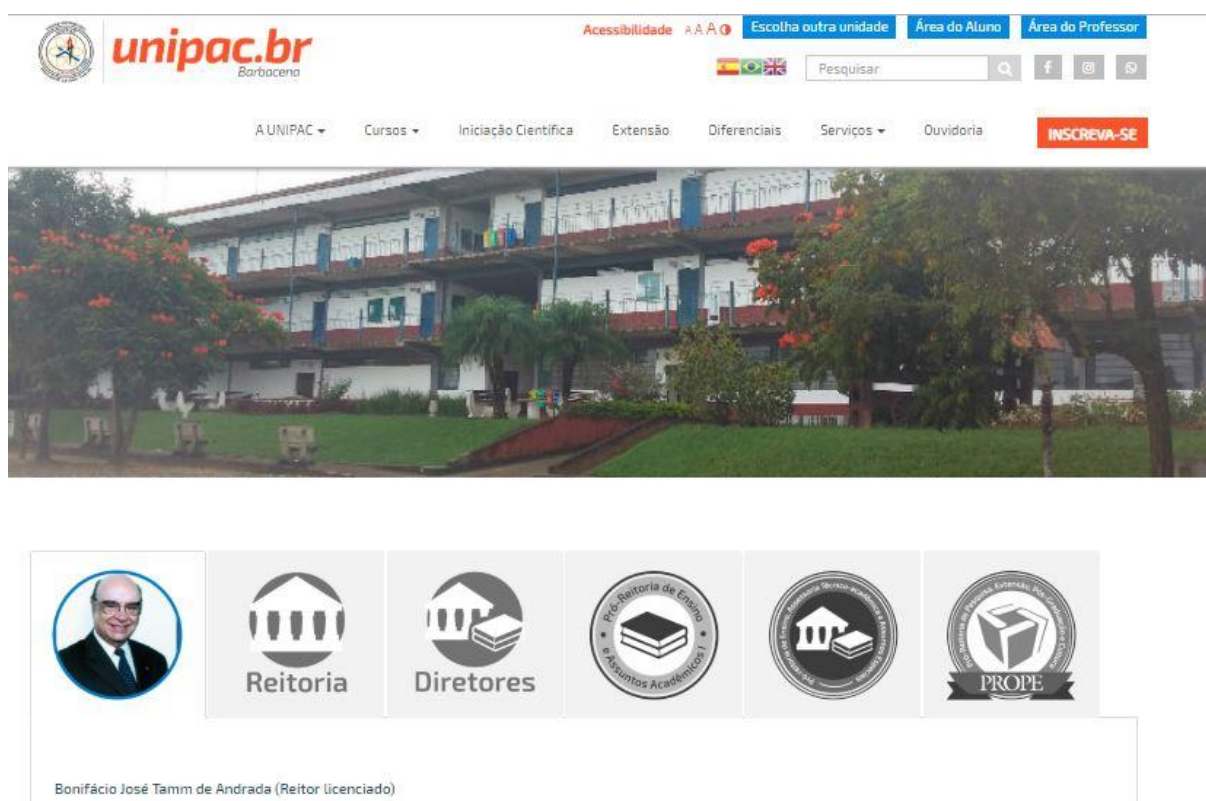
Nossa experiência de pesquisa com elites políticas nos levou a perceber a tendência a filtrar ou mesmo suprimir, das biografias ou *curriculum vitae*, informações relativas à atividade privada, denotando a preocupação de construir uma imagem de dedicação exclusiva à vida pública. (DULCI, 1999 p.172)

Entretanto, no caso de Andradinha e da UNIPAC, essa relação é diferenciada, pois não há maiores restrições na vinculação do próprio nome e de sua família à faculdade, a começar pelo nome da instituição, que homenageia seu tio-avó, apresentando-o publicamente em prol da universidade:

---

<sup>52</sup> “Andradinha” fundou e foi presidente da Companhia Nacional de Educandários Gratuitos de Minas Gerais no Ano 1951 (MONTEIRO, 1994) o que já demonstrava uma atuação nas instituições da sociedade civil vinculadas a educação.

**Figura 9 - Imagem do Site da UNIPAC com Andradinha**



Fonte: <http://barbacena.site.unipac.br/administracao/>

Como podemos observar na imagem acima, ele mantém-se e publica no site da universidade sua posição como reitor licenciado da instituição. É significativo colocar em contexto nacional a UNIPAC, visto que esta se inicia no Brasil na década de 1960, em meio a uma onda de crescimento do ensino superior privado no Brasil:

**Tabela 6- Matrículas ensino superior brasileiro 1960- 2010**

Evolução das matrículas em cursos de graduação presenciais, segundo a natureza institucional – Brasil (1960-2010)

Ano	Publicas		Privadas		Total
	Matriculas	Total%	Matriculas	Total%	
1960	59.624	58,6	47.067	41,4	101.691
1970	210.613	49,5	214.865	50,5	425.478
1980	492.232	35,7	885.054	64,3	1.377.286
1990	578.625	37,6	961.455	62,4	1.540.080
2000	887.026	32,9	1.807.219	67,1	2.694.245
2010	1.461.696	26,8	3.987.424	73,2	5.449.120

Fonte: dados dos Inep/MEC. Elaboração Corbuccieta, 2016.

A onda de expansão das Universidades privadas no país, com um aumento de 5.347.429 no número de matrículas entre os anos de 1960 a 2010, também foi aproveitada pela UNIPAC. A instituição, que foi fundada em 1963 pelo próprio deputado Bonifácio Andrada (Andradinha)<sup>53</sup>, que aprovando um projeto de lei em 1965 institui a FUPAC, também passou por diversos momentos de expansão. Em 1971, foi criado o curso de medicina em Barbacena e, em 1975 foi aberto o curso de administração. A partir da década de 1970, a FUPAC passa por ampliação regional e começa atuar em outras cidades, como em Ubá, em 1970; em Visconde Rio Branco e Leopoldina, em 1991; em Ipatinga, em 1993; e em Juiz de Fora, em 1996. No ano de 1997, a instituição alcança o título de universidade, tornando-se a UNIPAC. Tal título coloca A UNIPAC em outra escala de expansão, pois:

O reconhecimento como universidade pelos governos estadual e federal foi fundamental para a expansão a outras regiões de Minas Gerais. Em 2001, a Fundação instala-se ainda em Conselheiro Lafaiete, Bom Despacho e Araguari; em 2002, Teófilo Otoni; em 2003, Uberlândia, Governador Valadares e Uberaba; em 2005, Betim; e em 2006, Contagem. Além dessas, durante o período de 2001 a 2002, a FUPAC/UNIPAC também chegou a diversos municípios do Estado”.

A partir de 2002, **o Reitor licenciado, professor Bonifácio Andrada, visando a melhoria da qualidade da educação de base no Estado e consciente da necessidade de capacitação do profissional pedagógico**, criou a Rede de Ensino Normal Superior com as Faculdades de Educação e Estudos Sociais em mais de 200 cidades espalhadas por Minas Gerais, o que promoveu uma grande revolução educacional no interior mineiro. Tal iniciativa atendeu às necessidades de cada região e à exigência instituída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que determina que, a partir de 2006, a formação superior seja imprescindível para atuação dos professores em sala de aula. Amparada pela Lei Nº 14.202 de 27 de março de 2002 a Universidade Presidente Antônio Carlos celebrou convênios com diversos municípios de Minas Gerais para a implantação dos Cursos Normal Superior e Pedagogia. (Anexo,9).

Hoje, portanto, a FUPAC/UNIPAC, com seus 49 anos como Faculdade e 15 como Universidade, está presente em mais de 50 cidades de Minas Gerais, subdivida em campi (Barbacena e Juiz de Fora) e em Rede de Faculdades Isoladas de Educação e Estudos Sociais, com mais de 37 mil universitários, oferecendo mais de 200 cursos de graduação, e contando ainda com o Ensino Fundamental, Médio, pós graduação lato sensu, nas diversas áreas do conhecimento e stricto sensu em Direito. (CAMPOS, 2013 p.51, grifos nossos)

Como percebemos nos trechos da obra de Campos (2013), a instituição tem vinculação orgânica com a família Andrada e com seu reitor licenciado Bonifácio José Tamm de Andrada.

---

<sup>53</sup> Instituição é fundada em Barbacena com faculdade de Filosofia, com os cursos de Letras, Pedagogia e História e a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas, com o curso de Ciências Contábeis.

Ademais, a UNIPAC tem uma importância na estrutura e superestrutura do município (CAMPOS, 2013). Um analista e jornalista de Barbacena (investigando a disputa entre as famílias Andradas e Bias fortes) identifica também a vinculação da família Andradas com a instituição:

Não há dúvidas. A família Andrada cresceu muito na política, principalmente em função da Universidade Presidente Antônio Carlos [Unipac], que está espalhada no estado inteiro. Para dar um exemplo, quando disputavam a eleição para deputado federal, Bias contra deputado Zezinho Bonifácio, o Biazinho tinha 13 mil votos, enquanto Zé Bonifácio, 6 ou 7 mil. (CAMPOS, 2013, anexo)

Essa oligarquia consegue se adaptar às mudanças do bloco histórico nacional e se perpetuar na atuação da sociedade política. Uma hipótese para se trabalhar essa perpetuação é a que Víctor Nunes Leal expõe em seu clássico livro “Coronelismo, enxada e voto” (1986), segundo o qual o processo de declínio econômico de uma região contribui e muito para a perpetuação do “coronelismo” no poder <sup>54</sup>.

Vamos agora observar algumas dessas estratégias e aparelhos de hegemonia que possibilitaram, mesmo com a modernização econômica no Estado, a oligarquia dos Andradas continuar a ter relevância na sociedade política mesmo no período pós 1930.

### **3.5. A continuidade da revolução passiva e as novas táticas**

O Golpe Militar de 1964 e a necessidade do capitalismo mundial pós Segunda Guerra exportar, não somente mercadorias, mas também capitais, foram os principais fatores externos que deram prosseguimento à modernização econômica do país. Nessa conjuntura de industrialização “conservadora”<sup>55</sup>, era preciso para a oligarquia dos Andradas manter-se nos postos eletivos da sociedade política, desenvolver novas estratégias.

Uma dessas táticas foi a relação de apoio ao governo militar, tecendo laços estreitos entre os membros da família e o regime. Os membros da oligarquia

---

<sup>54</sup> A comprovação ou não da relação entre estagnação econômica microrregional e a atuação dos Andradas na sociedade política torna-se um interessante tema para pesquisas futuras. O que Leal (1986) defende para o fenômeno nordestino é que o declínio econômico contribui para a perpetuação do poder dos coronéis.

<sup>55</sup> Conservadora, pois tal qual o primeiro momento de industrialização proposto por Vargas, os militares aprofundaram uma industrialização calcado na verticalização da desigualdade social e na profunda exploração da nova classe trabalhadora Francisco Oliveira (1989).

ocuparam vários cargos durante o período, como o Zezinho Andrada, que foi presidente da Câmara Federal de 1968 a 1970 e líder de governo militar na câmara.

Essa colaboração ao regime civil-militar contribuiu para a manutenção de um espaço político em nível federal<sup>56</sup>. Em escala regional, observamos, por meio dessa pesquisa, que outro fator que sustentou a perenidade dessa oligarquia na microrregião é o elemento da disputa política regional, isto é, a rivalidade é alimentada e estimulada em nível local, transformando-se em uma disputa acirrada entre as famílias, Bias Fortes *versus* Andradas. (LADEIRA, 2009)

Tal disputa é apontada por Dulci como uma das estratégias para, em nível local, manterem-se no poder político:

A continuidade política é indicada pela sobrevivência da elite tradicional ao longo do processo de modernização”. Essa elite tradicional se formou pela interligação de dois setores- a oligarquia rural e a classe política que ocupavam os espaços de poder no contexto predominante rural, através de formas típicas como **as lutas de família** e o “coronelismo”. (DULCI, 1999, p.116)

Essa rivalidade e estratégia são incentivadas pelas próprias famílias, como podemos ver pelo órgão oficial da imprensa da prefeitura durante o mandato de Danuza Bias Fortes:

Em 1930, a Aliança Liberal colocou Getúlio Vargas no poder. Até então aliados, Bias e Andradas tornam-se rivais e passam a protagonizar **a disputa mais célebre da política mineira**. (ÓRGÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBACENA / MG - ANO XIX - Nº 466 - 11 DE AGOSTO DE 201, grifo nosso)

A intenção e o ganho político dessa rivalidade também são relatados pelo próprio Zezinho Andrada, em um trecho de sua entrevista em sua biografia:

(...) Aconteceu o seguinte: da vez passada eu caí na asneira de concordar com um prefeito comum. Foi uma derrota que eu levei formidável: os meus partidários ficaram indignados, não quiseram votar em mim. Dessa vez que fizemos uma campanha extremamente radical, muito violenta, eu ganhei. Fiz o maior número de vereadores, fiz o Prefeito e ganhei a eleição”. (PEREIRA, 1994, p.229)

---

<sup>56</sup> Se fossem a oposição correriam o sério risco de exílio no período.

Além da disputa acirrada e estimulada (LADEIRA,2009), para entendermos a perenidade da oligarquia Andrada nos cargos eletivos da sociedade política, é preciso levarmos em conta outros elementos que contribuíram para a permanência dessa oligarquia no poder, como a constituição no nível local de importantes instituições que possuem um papel relevante na disputa de hegemonia: a já referida universidade ligada à família, a UNIPAC; e a criação e a manutenção de mídias, como o jornal Correio da Serra, que foi fundado em 1954, assim como uma das rádios da cidade, a Correio da Serra AM, que foi inaugurada no dia 22 de janeiro de 1962.

A clareza e o foco na atuação da oligarquia nos aparelhos de disputa da hegemonia na sociedade civil, principalmente em escala municipal e estadual, não provêm do mero acaso, sendo intencionais e feitos com clareza política, conforme afirmado pelo próprio Bonifácio José Tamm de Andrada em entrevista: “A comunicação é a política. A TV, os jornais, as rádios fazem os fatos políticos e dominam inteiramente a sociedade na luta política.” (CAETANO, 2008, p.42)

Os negócios dos Andradas são áreas centrais na disputa de hegemonia na sociedade, como mídia e educação, e a oligarquia conseguiu (e consegue) constituir uma forte relação desses aparelhos de hegemonia com as políticas públicas <sup>57</sup>, como a já citada ampliação de cursos de magistério pelo estado de Minas Gerais, em que a UNIPAC conseguiu aproveitar de maneira decisiva a lei de obrigatoriedade de ensino superior para o magistério. Já no período do lulismo<sup>58</sup>, a instituição obteve grandes repasses pelo programa de Financiamento Estudantil (FIES), mesmo em tempos de crise econômica e já com a crise do lulismo, em 2016<sup>59</sup>:

(...) é diferente do panorama de crise enfrentado no financiamento estudantil desde 2016. No ano passado, segundo o Censo da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), o número de matrículas caiu por causa da crise econômica. Foram 190 mil estudantes a menos matriculados no ensino superior. Neste ano, o cenário continuou ruim. Em fevereiro, o ministro da Educação, Mendonça Filho (DEM), anunciou a redução de 29% nos investimentos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).” (...)

Na contramão do cenário nacional, a Fupac quase dobrou os valores recebidos pelo governo federal por meio do Fies. Segundo dados do Portal da

<sup>57</sup> Inclusive telecomunicação via rádio, e educação superior são intrinsecamente ligadas a concessões e controle do Estado.

<sup>58</sup> Lulismo é o conceito proposto por Andre Singer (2016) para categorizar o período dos governos do PT (2002-2016)

<sup>59</sup> Estamos colocando como marco da crise o processo de impeachment sofrido pela presidenta Dilma Roussef, no referido ano.

Transparência e do Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal, em 2015, a instituição recebeu R\$ 6.573.987,02 em repasses diretos do governo. Em 2016, os repasses pularam para R\$ 13.783.156,70 – mais que o dobro em relação ao ano anterior.

Neste ano, até o início do mês, foram repassados à Fupac R\$ 11.447.799,83 por meio de concessões de empréstimos para o Fies e R\$ 11.787,57 por meio do Fundo de Desenvolvimento da Educação. A maior parte das liberações aconteceu nos meses de junho e julho, quando foram repassados mais de R\$ 7 milhões à Fupac. Procurado pela reportagem, o deputado Bonifácio Andrada não atendeu as ligações. “A assessoria da Fupac foi procurada, mas também não respondeu”. (Estado de Minas, 24/10/2017)

Além disso, destaca-se a cessão por mais de 40 anos do prédio público histórico, em que antigamente funcionava o famoso prédio da Escola de Agricultura, e onde hoje funciona o Instituto Federal:

A FUPAC/UNIPAC ocupou, por 45 anos aproximadamente a área de 2 hectares do Colégio Agrícola Diaulas de Abreu, em Barbacena. A propriedade do Instituto Federal, antiga Escola Agrotécnica estava sendo utilizado por uma instituição particular. Os contratos que garantiram durante mais de quatro décadas a concessão do imóvel pela instituição particular foram questionados pela atual direção do Instituto, na Justiça Federal. (...)

Uma ação de reintegração de posse acabou sendo proposta pela atual Direção através da Procuradoria Federal, órgão de execução da Advocacia Geral da União e a sentença, publicada no dia 4 de outubro de 2010, determinou a desocupação do imóvel, até 15 de dezembro de 2010. O processo estava tramitando desde julho de 2008, quando em documento encaminhado à Procuradoria Federal, o Diretor do Campus Barbacena afirmou que estava solicitando a devolução da área. No texto José Roberto Ribeiro Lima afirmou que a reintegração da área federal ocupada pela Unipac era de suma importância para a EAF Barbacena- MG, sucedida pelo IF Sudeste MG – Campus Barbacena, porque precisava atender às necessidades de expansão da Instituição Federal, cumprindo sua missão e responsabilidade social como Instituição Pública de Ensino.” ( IFET, Barbacena 10/02/2011)

Esses dois fatos comprovam a estreita relação entre a atuação dessa oligarquia na sociedade política e a instituição UNIPAC.<sup>60</sup> Outro aparelho de hegemonia que identificamos e que foi muito importante no processo de perenidade dessa oligarquia nos postos da sociedade política é a atuação e vinculação com jornais, como atualmente o Correio da Serra e a Rádio Correio da Serra.

A atuação dos Andradas na mídia da região é antiga, e passa por diversos integrantes da oligarquia. Antonio Carlos (Presidente), que também era jornalista, foi diretor, proprietário e redator na cidade do Jornal do Comércio de Juiz de Fora

---

<sup>60</sup> Não é objetivo central desse trabalho, no entanto seria interessante focar em estudos futuros, sobre as variações e contradições oligarquia dos Andradas com o período lulista, para interessados nas novas questões e contradições que a crise do lulismo enseja no caso Nordeste indica-se SANTOS (2019).

(MONTEIRO,1994), além de ter sido co-fundador do Diário Mercantil, também em Juiz de Fora. Já José Bonifácio Lafayette de Andrada (Zezinho), foi editor do Jornal Revolucionário nos acontecimentos de 1930. Bonifácio José Tamm de Andrada (Andradinha) fundou o Jornal Correio da Serra e trabalhou como editor por 3 anos. Essas atuações em importantes aparelhos de mídia justificam-se pela posição de controle de informação e disputa da hegemonia que adquirem com base nessa colocação. Pelo viés da análise gramsciana, a atuação e a disputa dos aparelhos de hegemonia, notadamente o rádio, jornais e a universidade constituem importantes “ativos” na disputa da hegemonia, e certamente contribuíram para a perenidade da oligarquia dos Andradas na sociedade política.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho não tem como objetivo nenhuma conclusão definitiva, pois muito se deve avançar nos estudos e nos debates contemporâneos sobre a revolução passiva no Brasil. A perenidade dos membros da oligarquia Andradas continua eficaz, - até o presente momento- na atuação e manutenção de postos importante na sociedade política.<sup>61</sup>.

Antes de tentar encerrar, nos propomos analisar a formação territorial da microrregião de Barbacena relacionando-a com a atuação dos Andradas no processo de revolução passiva. No decurso dessa pesquisa, foi utilizada uma abordagem (baseada nos conceitos de Gramsci e da geografia crítica) que visa construir um esquema interpretativo o qual permite apreender o objeto de pesquisa, tomando como referência o conceito de bloco histórico, em que estrutura e superestrutura formam uma dialética indissociável.

Os Andradas atuam na região desde 1864, e ocupam cargos no Estado desde antes desse período. Esta análise teve como foco a investigação da formação territorial e do arranjo espacial da microrregião de Barbacena, concomitante com a atuação da oligarquia Andradas nos processos de renovação e restauração do Brasil e do Estado de Minas Gerais. Para isso, realizamos uma discussão, envolvendo uma abordagem gramsciana sobre as classes dirigentes do Estado de Minas Gerais e o sentido de consolidação e permanência da oligarquia na microrregião, pois em nossa pesquisa, uma hegemonia política desse porte possui imbricações e uma relação dialética com o sentido de permanência e mudanças no território que se expressaram nas relações que tornaram possíveis a permanência dessa oligarquia em cargos eletivos da sociedade política da região por mais de 150 anos.

Foi feita uma escolha metodológica, neste estudo, como um trabalho de geografia crítica, de realizar uma pesquisa dentro do método dialético-materialista, quando refletimos sobre a formação e arranjo espacial de Barbacena. Esse estudo teve como objetivo aprofundar o debate das características e na formação de importantes atores na revolução passiva brasileira e mineira. Utilizamos uma reflexão com a perspectiva da totalidade, onde as especificidades não são percebidas como fatos isolados, estas são relacionadas a um contexto histórico,

---

<sup>61</sup> Lafayette de Andrada (filho do “Andradinha”) foi eleito deputado federal por Minas Gerais nas eleições de 2018, com 103.090 votos.

onde buscamos identificar as relações da formação e ordenamento territorial articulado com o contexto do capitalismo.

Refletimos sobre a formação territorial de Barbacena, desde a época da colônia, com a abertura do caminho novo da estrada real, passando pela especificação econômica com a agropecuária diversificada que abastece principalmente o mercado do capital do Rio de Janeiro, auge da importância econômica da região, período em que muda-se o primeiro Andrada para a região. Em seguida, discutimos a década de 1930, quando as necessidades de modernização e conflitos levam ao desgaste do antigo bloco histórico da república do café com leite, conduzindo a um projeto de modernização conservadora que se desenvolve no Estado de Minas Gerais. Evidenciamos que, nesse período, Antonio Carlos teve papel articulador da conciliação entre a oligarquia agrária e os nascentes burgueses industriais. Em outro momento, quando o projeto de modernização se efetiva, na década de 1960, a microrregião vai perdendo relativamente sua dinamicidade econômica.

Dentro desse processo de revolução passiva e durante a modernização econômica da região foi possível estudar alguns elementos que permitiram a continuidade e mudanças dessa família na sociedade política. Identificamos princípios que permitiram essa continuidade, sendo possível destacar: a disputa em escala regional constituída “contra” os Bias Fortes, que contribui para uma polarização aguda na sociedade política local, o que acabou dificultando o surgimento de novos atores na cidade, e em consequência perpetuando as duas oligarquias.

Mas como elemento central para a perenidade, foi a constituição e participação da oligarquia em importantes aparelhos que permitiram a disputa de hegemonia na microrregião, como o controle de meios de comunicação na cidade como o Jornal Correio da Serra, a Radio Correio da Serra, e desde a década de 1960 a estratégia de construção da UNIPAC contribuíram decididamente para longevidade dessa oligarquia nos postos de poder.

No final desse trabalho, corroborando a análise de Gramsci sobre o processo de revolução passiva, apesar das várias alterações ocorridas na dinâmica entre revolução/restauração, uma das características conservadora de nossas classes dirigentes parece nos manter atual, assim recordemos a famosa frase atribuída à

Antonio Carlos Andrada durante os acontecimentos de 1930, “Façamos a revolução, antes que o povo a faça!”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. R. C. de. Índios mestiços e selvagens civilizados de Debret reflexões sobre relações interétnicas e mestiçagens. **Revista VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.85-106, jan/jun 2009

ALVES, J. E. D. **Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil**. 298 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

ANDRADA, A. C. **A Palavra do Presidente Antônio Carlos na campanha da Aliança Liberal**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1930.

ANDRADA, J. B. T. **A crise dos partidos, do sistema eleitoral, militância política**. Barbacena: Editora UNIPAC, 2007.

\_\_\_\_\_. **Aspectos da revolução de 30 e o papel de Minas in: Seminário dos Estudos Mineiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1987.

BEZZI, M. L.. **Região: uma revisão histográfica-** da gênese aos novos paradigmas, Santa Maria: UFSM, 2004.

BIANCHI, A. Revolução Passiva: o pretérito do futuro. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v.23, n.23, 2006. p: 34-57.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

BURSZTYN, M. **O Poder dos Donos:** planejamento e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CAMARGO, A. *et al.* **O golpe silencioso:** As origens da república corporativa, Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e Política: território escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.

CIMINO, M. de S. S. **Iluminar a terra pela inteligência:** trajetória do aprendizado agrícola de Barbacena – MG (1910-1933). Tese (Doutorado). Programa de Pós-

graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

COSTA, A. Estruturas territoriais dinâmicas e mudanças modernizadoras ao longo de 70 anos em Minas Gerais (1940 – 2010). **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia** (Anpege), p.151-183, V.11, n.15, jan-jun.2015.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**. Porto Alegre: L e PM, 1981.

\_\_\_\_\_. **De Rousseau a Gramsci: Ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

DINIZ, A. M. A.; BATELLA, W. B. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: Um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, p.59-77, n.17 Dez 2005.

DULCI, O. S. **UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

\_\_\_\_\_. **Elites e políticas de desenvolvimento em Minas Gerais**. Ciências Sociais, Hoje, São Paulo: snº, p. 139-159, 1992.

\_\_\_\_\_. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. Minas Gerais e a Federação: uma perspectiva geopolítica. **Revista da Academia Mineira de Letras**, Belo Horizonte, s.nº, v.29, p. 89-96, jul./ago. 2003.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 1997.

GARCIA, J.R.; ANDRADE, D.C. Panorama geral da industrialização de Minas Gerais (1970-2000). **Leituras de Economia Política**, Campinas, (12): 155-182, jan. 2006/dez. 2007. Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/profile/Daniel\\_Andrade/publication/259221373\\_Panorama\\_geral\\_da\\_industrializacao\\_de\\_Minhas\\_Gerais\\_1970-2000/links/0046352a8132f9ba0f000000/Panorama-geral-da-industrializacao-de-Minas-Gerais-1970-2000.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Daniel_Andrade/publication/259221373_Panorama_geral_da_industrializacao_de_Minhas_Gerais_1970-2000/links/0046352a8132f9ba0f000000/Panorama-geral-da-industrializacao-de-Minas-Gerais-1970-2000.pdf)

GRAMSCI, A. **Maquiavel a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

\_\_\_\_\_. **A Questão Meridional**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere volume 1**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere volume 3**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE, Departamento de Geografia. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**, Rio de Janeiro, 1990.

LADEIRA, F. F. As relações políticas entre as famílias Bias Fortes e Andrada na cidade de Barbacena: da formação da poderosa aliança à criação do mito da acirrada rivalidade. **Mal-Estar e Sociedade** - Ano II – nº. 3 - Barbacena - nov. 2009 - p. 55-76.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto** (O município e o regime representativo no Brasil). 3ª Ed Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 1ª ed (1949).

LEITE, A. C. G. Formação regional e formação do território nacional como territorialização como momentos contraditórios do processo de territorialização do capital, **Boletim paulista de geografia**, São Paulo nº92, 2012.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 2009.

MACIEL, D. Notas Sobre a Revolução Passiva e transformismo em Gramsci. **História Revista**, Goiânia. V.11, n.2 p 273-299 Jul/Dez. 2006.

MAZZEO, A. C. **Estado e Burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. 3º ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MEDICI, R. Gramsci e o Estado: para uma releitura do problema. **Revista de Sociologia e Política**, n.29, pp.31-43, 2007.

MELLO, E. M. R. de. **As condições estruturantes da siderurgia mineira**: recursos naturais, estado e elite instruída. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

MIGUEL, L. F.; MARQUES, D.; MACHADO, C. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 58, nº 3, 2015.

MINISTÉRIO DA DEFESA. A Revolução Liberal de Minas Gerais de 1842 Generalidades. Disponível em: [http://www.eb.mil.br/patronos/-/asset\\_publisher/DJfoSfZcKPXu/content/a-revolucao-liberal-de-minas-gerais-de-1842?inheritRedirect=false](http://www.eb.mil.br/patronos/-/asset_publisher/DJfoSfZcKPXu/content/a-revolucao-liberal-de-minas-gerais-de-1842?inheritRedirect=false))<http://www.revistas.usp.br/plural/article/viewFile/74433/78054>

MONTEIRO, N.de G. (Cord.). **Dicionário biográfico de Minas Gerais - período republicano – (1889-1991)**. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **Bases da formação Territorial do Brasil: o território comlonial brasileiro no longo século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Annablume, 2005 a.

\_\_\_\_\_. **Território e História do Brasil**, São Paulo: Annablume, 2005 b.

\_\_\_\_\_. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e Periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

MOREIRA, R. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, M *et al* (Org.). **Território, Territórios, ensaios sobre ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Geografia. Teoria e Crítica. O Saber Posto em Questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.

OLIVEIRA, F. de. **A economia brasileira: Crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1988.

PALAZZO, P. P.; TREVISAN, R. (Orgs). Tempos e escalas da cidade e do urbanismo. **Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Brasília, DF: Universidade Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014.

PEREIRA, L. M. L. **José Bonifácio Lafayette de Andrada**: uma vida dedicada à política. Belo Horizonte: Editora BDMG Cultural. 1994.

PICCINATO JUNIOR, D.; SALGADO, I. Conflitos políticos e articulações sociais: a história dos limites entre São Paulo e Minas Gerais na formação do território nordeste paulista - 1720 a 1935. **Paranoá**, Brasília, v. II, p. 9-16, 2014.

RESENDE, M. E. **Ecos do liberalismo**: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do estado imperial (1831 – 1840). Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2008.

SANTOS, B. H. dos. **A formação sócio espacial de São João del-Rei/MG e o processo de regionalização do Campo das Vertentes**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de São João del Rei, 2017.

SANTOS, T. A. Dilemas político para o semi-árido brasileiro: um breve panorama até a crise do lulismo. **NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**, n.46, p. 170-194, UNESP, Rio Claro, Jan./ Abr.-2019

SARDINHA, E.; CAMARGO, R. Família Andrada está no Congresso há 190 anos. **Congresso em foco**. 9 abr., 2011. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/familia-andrada-esta-no-congresso-ha-190-anos/>

SEIDI, E., GRILL, I. G. (Orgs). **As Ciências Sociais e os Espaços da Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SILVA, M. A. da. Dialética e geografia em Antonio Gramsci. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.17 n.31, p.21-32, jul./dez. 2013. Disponível em: [http://igsbrasil.org/biblioteca/artigos/material/1471235276-MarcoAurelio\\_%20DialecticaGeografia.pdf](http://igsbrasil.org/biblioteca/artigos/material/1471235276-MarcoAurelio_%20DialecticaGeografia.pdf)

SOUSA, A. de A. O conceito gramsciano de “revolução passiva” e o Estado brasileiro. **Revista Labor UFC**, volume 3, 2010.



Toledo, M.; RESENDE, W. T. Especialização regional produtiva em Barbacena (MG) e municípios vizinhos: o cultivo das rosas. **Caderno de Geografia**, v.24, páginas, 179-190, número especial (1), 2014.

VISCARDI, C. M. R. Federalismo oligárquico com sotaque mineiro. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, vol. 42, p.96-109, jan/jun 2006.